

Esquerda Socialista

Orgão do Movimento de Esquerda Socialista

ANO I N.º 2/25 OUTUBRO 1974. PREÇO 2\$50

Pereira de Moura, Antônio Reis e Augusto Mateus perguntam se o caminho está aberto para o avanço da classe operária

NÃO! AOS DESPEDITOS

Em todas as fábricas da região de Lisboa, os grupos monopolistas detentores destas empresas, têm sucessivamente lançado para o ar, como facto indelmentível, o despedimento de trabalhadores.

Ao mesmo tempo na I.T.T. e Standard Eléctrica, as respectivas administrações tomaram pública a intenção de despedirem 25 por cento do pessoal em cada fábrica, que no total corresponderá a cerca de 1000 trabalhadores despedidos.

Concretamente na Facel, fábrica de montagem de telefónicas, foram suspensos cerca de 200 trabalhadores, com a conivência da Comissão de Trabalhadores, eleita sem que tenha havido um esclarecimento efectivo sobre o papel e funções das ditas comissões, que em vez de mobilizar os trabalhadores suspensos e não suspensos para formas de luta contra as manobras da administração, negociou a melhor maneira de suspender os trabalhadores sem criar grandes conflitos.

Também nestas fábricas se tem assistido a uma total passividade das Comissões de trabalhadores, onde existem, ou das respectivas Comissões Sindicais. Estas envolvem a Ordem dos Engenheiros, Sindicato dos Empregados de Escritório, Electricistas, Metalúrgicos, que dentro de uma acção sindical de cúpula, desligada da base, tentam controlar e alienar os interesses dos trabalhadores a compromissos políticos globais, prática comum à maioria das direcções sindicais neste País, aqui e agora.

A estes trabalhadores, com a concordância dos próprios sindicatos envolvidos (Metalúrgicos e Electricistas) foi concedido um subsídio. Não restam dúvidas das intenções que levaram a tal concessão.

Tentar conseguir a passividade dos trabalhadores face a esta forma de repressão e exploração. A administração põe como condições para a reintegração dos trabalhadores suspensos a aceitação de turnos que tinham sido anulados em Março, devido ao aumento de salários então havidos.

Face a estas actuações de cúpula e de compromisso com o patronato, terão os trabalhadores em luta que se organizar autonomamente nos seus locais de trabalho, ultrapassando e denunciando todos os seus pseudo-defensores, articulando as lutas em todas as fábricas onde o patronato joga a mesma cartada, que neste momento passa pelos despedimentos em massa, obrigando pois os trabalhadores que ficam a ritmos de trabalho mais elevados, a cargas mais violentas, em suma a uma maior exploração.

SETEMBRO

1974

30 dias

1974

SETEMBRO						
D	2.	3.	4.	5.	6.	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

28

OUTUBRO						
D	2.	3.	4.	5.	6.	S
		1	2	3	4	F
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26

BLOCO CHIC

39. 18 h 17 h 16 h 15 h 14 h

ará os fun-
omica, posta ao
, em particular das
até agora mais desfa-
do preocupação imediata
inflação e a alta excessiva
a, o que necessariamente im-
estratégia antimonopolista;
a nova política social que, em todos
mios, terá essencialmente como objec-
a defesa dos interesses das classes tra-
balhadoras e o aumento progressivo, mas ace-
lerado, da qualidade da vida de todos os Por-
tugueses.

Um debate em 3 entrevistas →

Esquerda Socialista

- A quinta coluna em Évora? 2
- Primeiro as estradas, agora as terras 3
- MAPU — a voz de resistência 4
- Braga — trabalhadores dirigem fábrica 9
- TAP 9
- O golpe visto por dentro 10
- Uma outra repressão — o cinema 11

Páginas centrais



Esquerda Socialista

Jornal semanal, propriedade do Movimento da Esquerda Socialista
Director Interino César Oliveira

1-Debater

— Este 2.º número do «Esquerda Socialista» surge no momento em que várias forças políticas organizadas se preparam para enfrentar a próxima, e delicada, fase da «pré-democracia» em que vivemos. Assim o debate surge na ordem do dia.

O Partido Comunista Português realizou no passado domingo um Congresso Extraordinário; o «MDP» leva a cabo as «Jornadas Democráticas»; o Partido Socialista prepara também o seu congresso; os vários grupos de extrema esquerda debatem (se) intensamente desde há algum tempo; e o MES fará o 1.º Congresso em meados de Dezembro.

Todos estes debates e realizações internas têm uma enorme importância para os respectivos partidos e movimentos. Não têm, no entanto, o mesmo significado para todos.

Para uns significará uma afinação nas burocracias partidárias em função de opções estritamente constitucionais; para outros, caso do MDP, significará o arranque necessário para a criação de um hipotético novo «Partido Democrático»; ainda para outros, significará dar às bases e aos militantes uma satisfação para longos meses de não participação real nas decisões fundamentais dos respectivos partidos; por fim para alguns, significará sempre uma necessidade imposta pela obediência aos estreitos limites do seu dogmatismo ideológico.

Para nós, o debate não é uma necessidade do momento, ou seja, o debate e a discussão são uma parte indissociável do nosso trabalho de todos os dias.

2-Organizar

2 — O debate que nós praticamos parte do princípio que é na organização e no combate das massas que se forjam as ideias e se corrigem as análises, tornando-as análises concretas. É no combate de massa que se constrói a organização e se fortalece a consciência política das massas. Seria trair a classe operária no seu conjunto se os trabalhadores mais conscientes, se as organizações políticas que defendem os interesses das classes trabalhadoras, não apontassem que é nos locais de produção e na luta contra as condições concretas de exploração e opressão que se forja a unidade dos trabalhadores; que é na fábrica que se combate a divisão e a desorganização; que é na luta de massas que se derrota a repressão capitalista e se ergue a organização que permita aos trabalhadores das vitórias nas suas lutas reivindicativas.

3-Lutar

3 — O debate permanente que faz parte da nossa prática não tem por finalidade a produção de literatura ideológica.

Parte da consciência de que as massas trabalhadoras estão longe de possuir uma vanguarda de classe capaz de elaborar a síntese permanente dos avanços propiciados pelas suas lutas, retirando as lições das suas vitórias e das suas derrotas.

Desde o 25 de Abril até hoje, o facto mais importante para a classe operária e para todos os trabalhadores, é o surgimento de várias expressões de vanguarda a partir das suas lutas mais avançadas.

Mas expressões de vanguarda não pode confundir-se com vanguarda organizada. Esta, de facto, não existe. Por isso é cada vez mais necessário acentuar a prioridade para um debate cada vez mais alargado, aprofundado e ligado com as lutas operárias e de todas as camadas trabalhadoras.

Esta é uma condição imposta pela própria realidade da luta da classe operária. E mais do que isso é uma condição para que o imediatismo da resposta a cada problema, gerando uma nova reivindicação, não faça do socialismo, na consciência das massas trabalhadoras, qualquer coisa de inatingível e utópico.

Composto e impresso: Renascença Gráfica, S. A. R. L.
Rua Luz Soriano 44 — Lisboa
Distribuidora «O Século»

Assinatura
6 meses _ 65\$00 12 meses _ 125\$00 apoio _ 25\$00

Estrangeiro (Europa) _ 25\$00

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

Admin/redacção provisória: Rua Garrett 80-4 Lisboa Tel. 323621

A Quinta Coluna em Évora

O sr. dr. João Pimenta que ocupa o cargo de governador civil, em Évora (muito embora por todos os distrito o povo trabalhador tivesse apoiado para tal lugar o dr. Abílio Fernandes, indicado pelo MDP.), emitiu nos primeiros dias de Outubro um comunicado em que invocava e tecia considerações sobre o não-cumprimento do decreto-lei que regula o direito de manifestação. Porém, em Évora (como, aliás em muitas outras localidades) as movimentações populares de 28 e 29 de Setembro não deixaram que qualquer legalismo lhes atasse as mãos... E, relativamente à manifestação que comemorava a vitória desses dias, ninguém ficou às esperas das 48 horas de aviso prévio: O MDP., o P.C.P., o P.S.P. e o M.E.S. convocaram a manifestação a que ocorreram milhares de trabalhadores.



O senhor governador civil vem agora acusar tal procedimento de «anti-democrático»!

O sr. dr. Pimenta, que, ninguém, em Évora se recorda de ter visto nos dias 28 e 29 de Setembro nas barricadas e foi um dos fundadores duma «organização» após 25 de Abril de que se chegou a falar, a F.J.A. (Frente Independente Alentejana) recebeu pois as consequências do não cumprimento estrito das novas leis!!!

Em resposta, um documento que o M.E.S. subscreveu, conjuntamente com o MDP., o P.C.P. e o P.S.P., revelou a disposição das forças populares em incorrer nas penas previstas na lei invocada pelo sr. dr. Pimenta, sempre que a luta contra a reacção o torne necessário!

Imposta pelo ministro do Trabalho, novas condições regulam desde o mês passado, o trabalho rural no distrito de Évora. Relativamente ao contrato colectivo que vigorou em Agosto, assinalam-se as seguintes diferenças:

— descida de 10\$00 nos mínimos de torna (excepto para as mulheres);

— aumento de 4 horas semanais no horário de trabalho (48 horas, em vez de 44)

— não remuneração aos domingos;

Além disto, a proibição dos despedimentos sem justa causa consagrada na portaria não resolve o problema fundamental em Évora — o desemprego — que cresce massivamente desde Agosto. A garantia de trabalho durante todo o ano — a portaria estipula — de uma maneira inaplicável. De facto, onde a maioria são jornaleiros, apenas se garante trabalho em todo o ciclo produtivo aos trabalhadores «adstritos», com carácter efectivo... à exploração agrícola...
M.E.S.
isso a situaçã
rtu

mais horas
menos dinheiro,
em troca de
uma garantia
- de exploração



Primeiro passo: as estradas

A herdade da Chaminé tinha, desde tempos imemoriais, dois troços de estrada que, à data da sua aquisição por parte de dois latifundiários — 1957 — ainda lá se conservaram, sendo notória a sua utilidade, pois davam acesso à estrada municipal, encurtando distâncias de uma maneira significativa, e deles se serviam rurais de diversos pontos quando pretendiam deslocar-se a courelas ou montes, utilizando tractores e, sobretudo, veículos de tracção animal.

Em 1965, e após vários incidentes, os latifundiários que, em 1957, haviam comprado a herdade da Chaminé — o Santos e o Manuel Peste — intentaram uma acção judicial contra a freguesia de Albernoa, com o objectivo de acabarem com os referidos caminhos, cuja utilidade pública era por demais reconhecida pelo povo da aldeia (e não só).

Uma lei do Marquês de Pombal

Concordando com a sugestão manifestada pelos latifundiários em questão, os tribunais fascistas concluíram que aqueles dois troços de estrada (incluídos nos caminhos do barranco das Fontainhas e do Cerro da Oliveira — que não atravessavam só a herdade da Chaminé), de que mesmo as pessoas mais velhas de Albernoa não se lembram de alguma vez não terem existido, eram «simples atravessadouros» e, portanto, aboliáveis nos termos de uma Lei de 1773, deixada pelo Marquês de Pombal e confirmada posteriormente por Decreto de 1778, ainda em vigor.

Nem outra coisa era de esperar dos tribunais fascistas, criados evidentemente para ajudarem os capitalistas a melhor explorarem o povo, reprimindo-o também sempre que este protestava.

Mas o povo tem boa memória e não esqueceu a afronta.

A decisão de ressuscitar as estradas

A lebre foi levantada pelo José Mariano na noite de 4 de Outubro, quando, na aldeia, falava, numa sessão de esclarecimento do MES:

— Eu não sei muito, mas vou dizer o que sei. Tínhamos

aí duas estradas que nos foram roubadas pelos fascistas. Que acham, se a gente se reunisse amanhã e fôssemos tornar a fazer essas estradas? — O alvite é recebido com entusiasmo pela população reunida no largo fronteiriço à Casa do Povo.

— Então, amanhã, às dez horas, juntamo-nos no Poço das Fontainhas — combinaram.

Combinaram e cumpriram

Combinaram e cumpriram Na manhã de 5 de Outubro, o olival da herdade da Chaminé, no sítio onde sete anos antes haviam sido apagados os caminhos em questão, estava cheio de gente. As pessoas eram mais que as oliveiras. Homens, mulheres, crianças,

abandonaram a aldeia e acorreram ao barranco das Fontainhas e ao cerro da Oliveira para reporem as estradas no seu devido lugar. Levaram tractores, uma galera, uma grade de discos, pás, picaretas, enxadas e, detectadas que foram os locais antigamente ocupados pelos caminhos que desde sempre haviam pertencido ao povo, iniciou-se o trabalho. Com a grade de discos, traçou-se, por entre as filas de oliveiras, o leito do troço de estrada que sempre constituiria o caminho de Cerro da Oliveira.

— É só pó, só pó... — praguejava uma mulher, numa exclamação divertida e rabugenta, quando o tractor passava, envolvendo um montão de gente em nuvens de poeira.

— Ficasses em casa, Maria. Se calhar, querias fazer uma estrada sem que levantasses terra... — responde, de pronto, um homem com o suor a escorrer-lhe em bica pelo rosto calcinado.

Quem trabalha não sua só no Verão

Não era Agosto, era Outu-

bro, mas quem trabalha não sua só de Verão. Joaquim Malhada sabia-o e, por isso, não faltou com o seu precioso auxílio. Ele, que vive de carregar e vender água pelas portas (acentua-se que, como fiantes e tantas aldeias portuguesas, Albernoa não tem ainda água canalizada), levou o burro puxando a carroça com a pipa cheia e houve água gratuita para todos.

Outro tractor traz atrelada uma galera com as pedras necessárias para entupir o buraco inconveniente e estabelecer ligação com a estrada Municipal facilitada pela existência (ainda) de um viaduto, constituído por uma placa de cimento armado, mandado fazer pela Câmara de Beja, aquando da construção da «estrada nova» e numa altura em que o caminho do Cerro da Oliveira gozava ainda de «perfeita e feliz saúde». Os braços não se detêm. Descarregam a galera e colocam nos locais exactos os pedregulhos recém-chegados. A hora é de acção. Estabelecido o contacto com a estrada Municipal, é preciso aplanar o solo por onde já passou a grade. As picaretas, as pás e as enxadas cruzam-se no ar.

Voltou a haver o caminho do Cerro da Oliveira

Voltou a haver o caminho do Cerro da Oliveira. Num trajecto inaugural, percorreram-no as pessoas e os tractores. Não faltaram à inauguração nem os setenta anos de Manuel Miguel — que são outros tantos de exploração capitalista, sofrida sob as mais diversas formas — nem as pernas de António Zé que passaram mais vezes a fronteira espanhola do que todos os turistas juntos.

O caminho do Barranco das Fontainhas também fica pronto, por processos idênticos. MAS O POVO NÃO DISPERSA: Com grossos pingos de suor instalados na cara de muita gente, o povo está alegre, emocionado e, em grupo, conta e, em grupo e cantando, vai, estrada fora, as ferramentas erguidas, em direcção à aldeia, cujas ruas percorre em bloco, aclamado pelos poucos que não puderam ir.

É em grupo e cantando ainda que se atinge o largo fronteiriço à Casa do Povo, onde, na noite anterior, ficara decidido o acto de refazer os dois caminhos. Aí, um dos mil-

tantes do MES presentes na herdade da Chaminé, pronuncia algumas palavras.

«Uma força invencível»

As palavras desse nosso camarada, mais ou menos sintetizadas em comunicado posterior do MES, são bem claras: «A vitória do povo de Albernoa é pequena e é grande ao mesmo tempo. Pequena, porque os caminhos que voltaram à posse do povo, embora importantes, não são as coisas fundamentais de que os trabalhadores necessitam. Os problemas fundamentais do povo trabalhador só se resolverão quando se acabar a exploração nos campos e nas fábricas, quando acabarem os parasitas dos latifundiários e todos os capitalistas. Mas é grande, porque mostrou a todos os trabalhadores portugueses que o povo, quando consciente dos fins da sua luta e organizado, é uma força invencível».

É verdade, Zé Mariano! É verdade, Moreira! É verdade, Manuel Isidro! Camaradas abertos para a luta, importantes, válidos, mas insuficientes, enquanto isolados. Vocês já viram o que se pode fazer quando os trabalhadores se organizam? Cada um é um homem. Todos são um exército.

É verdade, Zé Mariano! É verdade, Moreira! É verdade, Manuel Isidro! Camaradas abertos para a luta, importantes, válidos, mas insuficientes, enquanto isolados. Vocês já viram o que se pode fazer quando os trabalhadores se organizam? Cada um é um homem. Todos são um exército.

E vocês vão aprendendo. Ontem, foi o processo da Junta de Freguesia e da Casa do Povo, hoje foi a estrada, amanhã será algo mais.

No fim de contas, quem é que mais trabalha em Albernoa senão os trabalhadores? Os trabalhadores refizeram as estradas, com enxadas, com pás, e com picaretas, com tractores — mas sobretudo com braços. E, se os latifundiários quissem que os caminhos agora reconstruídos fossem lavrados de novo, quem mandariam eles? Os trabalhadores que, não o fazendo, têm na mão os caminhos do Barranco das Fontainhas, do Cerro da Oliveira e todos os outros que, na altura própria surgirão.



agora
as terras

UMA VOZ DA RESISTÊNCIA CHILENA

Para participar na Jornada Internacional que decorreu entre 11 e 15 de Setembro, que o M. E. S. organizou, deslocou-se a Portugal Eduardo Aquevedo militante destacado do MAPU — Movimento de Acção Popular Unitária.

Eduardo Aquevedo participou em comícios organizados pelo M. E. S. em Braga e no Porto e na manifestação unitária que decorreu na tarde do dia 15. A sua presença em Portugal permitiu uma larga troca de opiniões e experiências.

Achamos por isso importante que, nas páginas de E.S., se desse conta de parte dos contactos com ele estabelecidos. Assim surgiu esta entrevista.

E. S. — O que é e como surge o M.A.P.U.?

EDUARDO AQUEVEDO

— O M. A. P. U. é uma organização revolucionária marxista-leninista, nascida em 1969. Realizou já dois Congressos Nacionais, um em 1970 imediatamente depois do triunfo da Unidade Popular, e outro nos fins de 1972, quando a contra-revolução fazia no Chile os seus avanços decisivos. O M. A. P. U. é, por outro lado, uma organização jovem, mas com uma significativa e crescente implantação nas massas trabalhadoras e camponesas. Nas mais recentes eleições da Central Única de Trabajadores (CUT), efectuadas em 1972, com efeito a nossa organização alcançou a terceira votação depois do Partido Comunista e do Partido Socialista. A quarta e a quinta votações alcançaram-nas o P. Radical e o M. I. R., respectivamente. Em 1973, em Março, uma pequena fracção profundamente reformista e revisionista, derrotada claramente no último Congresso Nacional, afastou-se do nosso Partido e constituiu uma organização denominada M. A. P. U. obrero e campesino O. C. ou M. O. C. O nosso Partido, no fim, não pretende ser o Partido do proletariado chileno, mas um dos destacamentos que luta por construir ou reconstruir o Partido que a

classe operária e o povo necessitam para conquistar o poder e construir o socialismo e o comunismo, na nossa pátria.

O GOLPE DE 11 DE SETEMBRO

E. S. — Como explica o teu Partido o brutal golpe de Estado que derrubou o regi-



me da Unidade Popular? Que é que vocês pensam da atribuição de responsabilidade nesse acontecimento aos ultra-esquerdistas e à falta de unidade?

E. A. — Pensamos que a explicação se deve procurar, em geral, nas debilidades e limitações ideológicas e políticas da esquerda chilena. E mais concretamente, no predomínio, dentro da esquerda

e do movimento das massas, de concepções e posições revisionistas e reformistas em relação com problemas tão fundamentais como o do Estado e do Poder das Forças Armadas, o da organização e mobilização das massas, o das formas de luta, etc. Pensamos, pois, que acima de tudo foi a ausência de uma firme e autêntica direcção revolucionária e proletária, marxista-leninista, ó que determinou o fracasso e a derrota da Unidade Popular. É verdade que houve organizações dentro e fora da Unidade Popular, que sustentaram também posições ultra-esquerdistas acerca de certos problemas concretos e que desenvolveram além disso políticas divisionistas no

terior. Qual é a análise que faz o teu partido da actual situação chilena e que tática defende?

E. A. — A nossa opinião acerca da situação actual esta nos últimos documentos públicos da nossa Comissão Política. Ai está também assinalada a nossa linha tática. Em resumo, trata-se de que frente a uma ditadura que se debilita dia a dia, que perde forças e que perde aliados, que se isola progressivamente quanto a forças e classes sociais que a apoiaram inicialmente, a classe operária e o povo aproveitam e intensificam esse processo em benefício próprio, até alcançar a derrota da Junta Militar e do regime ditatorial. Para conseguir esses objectivos é indispensável, a nosso ver, seguir contribuindo e desenvolvendo no seio das massas uma sólida direcção marxista-leninista. Esta é para nós a tarefa mais urgente e central. Ao mesmo tempo, trata-se de desenvolver uma ampla política de alianças e de frente única contra a ditadura, na base de um programa mínimo que assuma as reivindicações básicas da classe operária e do povo neste período táctico. Em função dele, impulsionar todas as formas de luta que sejam necessárias, ponde hoje o enfase, desde logo, na luta política de massas. Sem dúvida, as actuais formas predominantes não armadas de luta devem apontar, desde hoje, para a preparação e desenvolvimento das formas ulteriores de luta, isto é, da luta armada de massas, da guerra revolucionária do povo e da insurreicção popular que porá fim à ditadura e à exploração capitalista e imperialista no Chile sob qualquer das suas formas.

seio das massas. Sem dúvida, estes desvios tiveram objectivamente uma importância subalterna, mas também, foram um subproduto, uma consequência, uma reacção, quanto aos desvios oportunistas de direita mencionados.
E. S. — Na actual fase de resistência o M.A.P.U. continua sendo uma das principais organizações da esquerda revolucionária que actua no im-

AS ACTUAIS CONDIÇÕES DE LUTA E O FUTURO

E. S. — Qual é a vossa opinião acerca do estado actual da luta dos povos latino-americanos contra o imperialismo, o capitalismo e pelo socialismo?

E. A. — Nós pensamos que a revolução é um processo prolongado, complexo e difícil, cujos afrontamentos decisivos, que assumirão seguramente as características de uma grande guerra revolucionária popular e continental, estão todavia pendentes e mal vislumbram no horizonte. Hoje, provisoriamente, a situação favorece a contra-revolução. Os factos ocorridos durante o último tempo principalmente na Bolívia, Chile Uruguai, Brasil, Argentina e outros países, assim o demonstram. Sem dúvida, repetido, o auge actual da contra-revolução na América Latina não durará muito tempo: A crise das burguesias nacionais e do capitalismo dependente latino-americano é demasiado grande para conter por demasiado tempo a força revolucionária dos povos. O imperialismo norte-americano e o



sub-imperialismo brasileiro experimentarão, mais cedo ou mais tarde, derrotas. A América Latina será em breve um gigantesco Vietnam que ajudará decisivamente o derubamento do capitalismo e do imperialismo à escala mundial.

Continua na pág. 9

VIGILÂNCIA TRABALHADORES

Estamos alarmados e com razão para isso.

Pela primeira vez esperaram até ao último dia do mês para nos pagarem. Porquê?

O produto em armazém está por vender. Porquê?

Sabemos que a empresa atravessa dificuldades. Porquê? Porque o produto que fabricamos já não é necessário?

Certamente que não. As mercadorias continuam a ser embaladas em sacos; outras empresas continuam a vender sacos. A razão das dificuldades só pode estar na incompetência da administração e dos directores.

Nas havemos de ser nós a suportar a má administração? Será justo que depois de nos explorarem da maneira que bem sabemos ainda nos ponham em perigo de ficarmos desempregados? Se a empresa vai para a falência quem sofre somos nós. Onde vamos arranjar outro emprego?

Prometem-nos não haver mais despedimentos; mas o certo é que estamos todos ameaçados de ficar sem trabalho.

VIGILÂNCIA CAMARADAS!

NÃO PODEMOS FICAR INDIFFERENTES!

DEFENDAMOS OS Nossos INTERESSES!

DA EUROFIL!



★ MAPU - CHILE ★

Um debate em 3 entrevistas

SETEMBRO

1974

30 dias

1974

SETEMBRO						
D	2.	3.	4.	5.	6.	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

28

OUTUBRO						
D	2.	3.	4.	5.	6.	S
		1	2	3	4	F
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

BLOCO CHIC

39°

18h

17h

16h

15h

14h

...ará os fun-

...nómica, posta ao
...es, em particular das
...o até agora mais desfa-
...como preocupação imediata
...a inflação e a alta excessiva
...de vida, o que necessariamente im-
...uma estratégia antimonopolista;
...Uma nova política social que, em todos
...os domínios, terá essencialmente como objectivo
...a defesa dos interesses das classes traba-
...lhadoras e o aumento progressivo, mas acce-
...lerado, da qualidade da vida de todos os Portu-
...gueses.

Muitas coisas aconteceram no País entre quinta-feira (27 de Setembro) e segunda-feira (1 de Outubro).

Foram, primeiro, os apupos a Vasco Gonçalves acompanhados quer por alguns insultos quer pelo silêncio estranho do general Spínola; foram depois os vivas e as palmas para o ex-Presidente da República. Isto passava-se na noite taurina do Campo Pequeno. À saída bandos armados de fascistas, ex-gorilas das Faculdades e «meninos» de Cascais faziam provocações concretizadas em matracas, punhos de ferro e bastões enquanto a GNR a cavalo dispersava alguns milhares de pessoas que, unidos protestavam contra o começo do que ia ficando bem claro.

Mais tarde, na noite de sexta-feira, começava a impressionante movimentação das massas populares que, respondendo aos apelos dos sindicatos e das formações políticas de esquerda, através de uma iniciativa poderosa e determinada permitiu ao MFA conduzir acções que, pela sua importância e significação política, barrando o caminho à reacção impediu ao mesmo tempo a repetição do golpe presidencialista tentado há meses por intermédio de Palma Carlos.

As barricadas, as grandes manifestações de sábado 29 e de segunda 1 de Outubro, a estreita colaboração entre as massas trabalhadoras e o MFA, o apoio sentido pelos soldados, marinheiros, milicianos e oficiais das Forças Armadas imprimiram um dinamismo progressista às acções preventivas que iam tomando vulto.

Por outro lado a dinâmica política desencadeada pelas massas populares e pelo MFA levou como sua natural consequência ao afastamento da Junta de Salvação Nacional de três generais manifestamente fascizantes e à própria renúncia do general Spínola. Assim foram derrotados, após um primeiro período de derrotismo e hesitação — entre as 2,30 e as 6h, na noite de sexta-feira para sábado — quer as posições direitistas no seio do MFA quer ainda o «bonapartismo messiânico» do general António de Spínola.

Ao «despedir-se» do País perante as câmaras da RTP o ex-Presidente da República deixou bem claro que algo estava errado em todos aqueles que, apoiando-o acriticamente, o identificaram com o MFA e viam nele o «garante da democracia». Aqueles três dias de luta antifascista demonstraram afinal que eram errados quer os vivas ao general Spínola quer as manifestações de apoio à sua figura.

As suas palavras repassadas de uma muito política e hábil «angústia e preocupação» perante a sua impotência em sobreviver aos interesses das camadas trabalhadoras e ao MFA deixam claramente adivinhar duas coisas fundamentais: a primeira é a da derrota mais ou menos profunda e duradoura de uma certa direita «democrática» agrupada em torno da legenda spinolista; a segunda é a de que, com as suas palavras, o general Spínola abriu a porta a soluções fundadas em salvadores da Pátria se, entretanto, não forem destruídas as condições que permitam, como outrora, o triunfo sobre as massas mistificadas e traídas desses mesmos salvadores.

De qualquer modo o eixo fundamental do poder, que sempre balançava até 28 de Setembro entre a aplicação correcta e progressista, em claro favor dos trabalhadores, do Programa do MFA e a pressão do capital através de Spínola e dos militares a ele afectos, alterou-se profundamente. Um novo equilíbrio claramente mais progressista é agora possível.

Ficaram pois abertas novas perspectivas políticas em Portugal. Ficou enfim aberta a aplicação efectiva do Programa do MFA sobretudo no que respeita a claras medidas antimonopolistas

(que deverão ser sempre anticapitalistas) e no que respeita à criação de condições para que os trabalhadores portugueses possam tomar, em suas próprias mãos, o seu futuro.

Por tudo isto ESQUERDA SOCIALISTA decidiu pôr em confronto o depoimento de pessoas representativas de diversas formações políticas. Através destas entrevistas pretendemos o confronto de posições no que toca não apenas à consolidação da democracia mas principalmente à construção do socialismo.

ES: Estamos agora com o dr. Francisco Pereira de Moura, pessoa conhecida nos meios políticos, ex-ministro sem pasta do 1.º Governo Provisório, membro do M.D.P.

Qual é a sua interpretação sobre os acontecimentos ocorridos entre 27 de Setembro e 1 de Outubro, desde a taurada do Campo Pequeno até à renúncia do general Spínola do cargo de presidente da República?

PEREIRA DE MOURA: Os factos conhecidos correspondem a quatro ou cinco tentativas de golpes e contra-golpes diversos: desde a extrema-direita até à manifestação da «maioria silenciosa» que era outra coisa diferente, até ao contra-golpe das Forças Armadas para evitar o que se esperava da extrema-direita e até uma operação de antecipação lançada pelo general Spínola e seu grupo.

ES: O general Spínola está afastado do poder e dos centros fundamentais de poder; com ele afastaram-se também alguns oficiais e membros do MFA, seus fiéis seguidores.

Considera, que depois disto haja novas perspectivas políticas em relação à própria acção governativa, em relação ao processo de democratização em geral no país?

PEREIRA DE MOURA: Penso que sim. Nunca estão em causa as pessoas como tais, mas sim ideias e orientações políticas. E nesse aspecto a minha ideia é que quer o general Spínola, quer membros da Junta de Salvação Nacional que saíram, quer membros do Governo que saíram e outros membros do Conselho de Estado ou outras pessoas a eles ligados, efectivamente estavam a entorpecer e a impedir que se definisse uma orientação. Agora espero que seja tudo muito mais claro e que se possa marchar.



M. F. A. — UM PROGRAMA PROGRESSISTA

ES: Uma coisa que se tem referido muitas vezes e eu próprio tenho insistido é de que o Programa do MFA tem uma interpretação progressista.

Quer saber se concorda e em caso afirmativo saber qual é na sua opinião a interpretação progressista possível nas actuais condições de luta política em Portugal.

PEREIRA DE MOURA: Penso que todos os textos, sejam eles quais forem, portanto também o programa do MFA, são sempre susceptíveis de várias interpretações.

O problema para mim não está propriamente em existir ou não uma interpretação progressista, concerteza que existe. A minha convicção, que já resulta de uns quantos factos e de muitas discussões que tem havido é que o Programa efectivamente é progressista. Há várias leituras possíveis mas há uma que é aquela que corresponde ao pensamento dos autores, que é progressista. Há outras retrógradas, conservadoras, limitativas, tomando à letra aqui ou ali, e que sobretudo não têm em atenção a dinâmica dos acontecimentos, coisas que não eram previsíveis na altura em que o Programa foi elaborado, e não é concebível um Programa poder ser uma coisa estática. Tem sido apontada a necessidade de interpretações progressivas que precisamente acompanhem os novos problemas, a sua agudização. O Programa é essencialmente o espírito que ali está traduzido em algumas palavras, permite isso tudo como já permitiu para a descolocação, e está e é a questão de fundo.

Claro que há ainda outras questões muito graves ligadas ao Programa, que terão de ser superadas também.

ES: Quería fazer-lhe uma última pergunta que envolve três factores que estão interligados. Temos por um lado o MFA, cuja tónica do tal Programa que acabámos de falar está muito marcada por uma estratégia antimonopolista; temos por outro lado que a luta democrática em Portugal não perdeu ainda significado, antes talvez pelo contrário; temos por outro lado, o MDP do qual o Pereira de Moura é participante na Comissão Executiva Nacional. Como é que vê a luta democrática, luta anticapitalista, medidas anti monopolistas, MFA, como é que vê toda esta relação de factores no avanço da luta política em Portugal?

PEREIRA DE MOURA: Em primeiro lugar o MFA e o seu Programa foram feitos e significam conquista da democracia no plano político, mas também marcha para a democracia no plano económico e social. Tem lá palavras suficientemente claras sobre isso e basta falar com os oficiais.

Por outro lado o poder económico não foi praticamente atingido, nem coarctado ainda em Portugal, precisamente pelas razões que falamos há pouco. Para mim é perfeitamente claro que há aqui duas posições inconciliáveis e não vale a pena argumentar que o povo português só optará a certo momento.

Para mim é perfeitamente claro que o Programa do MFA mesmo para esta fase transitória aponta democracia política, o progresso social e sobretudo tem em atenção as classes trabalhadoras, as classes oprimidas; em terceiro lugar aponta a criação de condições no que respeita à democracia política para serem verdadeiras e livres e totais as opções do povo português. Não tenho dúvida de que todo este conjunto que é afinal o Programa do MFA é incompatível com a liberdade e impunidade que se tem deixado às forças monopolistas e ao grande capital.

Pode agora fazer-se a pergunta: ao abrigo do Programa das Forças Armadas será possível tentar ou começar a abertura de uma via socialista em Portugal?

Al respondo que não. Trata-se duma opção doutrinarária que convém que só seja iniciada nesses termos depois duma opção do povo português e não tendo dúvida de que ela vem. Então até lá não se faz nada? Eu penso que o que acontece é que, não por opção doutrinarária, não por razões de opção política mas porque as circunstâncias o impõem, abusos de poder económico, subagente económica, terras por cultivar por parte de latifundiários, despedimentos massivos que se possam vir a fazer, perturbações nos circuitos económicos; portado esse conjunto de razões, o Governo, mesmo sendo provisório vai ter de intervir muito duramente contra os potenciais económicos, promulgar leis e determinar intervenções que os atinjam muito fortemente, que limitem o seu poder.

ES: Agora a última pergunta: o MFA é um centro decisivo do poder em Portugal; parece que estamos os dois de acordo com isso. Vai haver eleições em Março.

Por outro lado o futuro do MFA compete ao MFA determinar qual seja. O que não nos impede de ter uma visão de qual seja esse futuro.

Qual é a sua opinião acerca do futuro do MFA com, ou sem eleições, isto sem querer entrar no domínio da futurologia.

O FUTURO DO M. F. A. E DAS F. F. A. A.

PEREIRA DE MOURA: Julgo um aspecto altamente positivo e politizador para o povo português ter eleições; no entanto não tenho dúvida que mesmo depois das eleições para a Constituinte, sob as quais não se põe dúvida alguma, continuamos em Governo Provisório. Mas mesmo depois da eleição para a Assembleia Legislativa e o Presidente da República, o MFA, e nessa altura como totalidade das Forças Armadas, vai ter um papel político importantíssimo a desempenhar. Porque é impossível, completamente impossível pensar que um figurino de democracia política se possa importar da Inglaterra ou da França ou de outros países semelhantes, mas a sua longa tradição de democracia, de construção das instituições políticas e dos hábitos de vida democrática.

Tenho a impressão que há muita gente que vive nessa doce ilusão. Mas isso é perfeitamente impensável. Era a mesma coisa que dizer que durante um ano tínhamos tido um caminho para a democracia e que depois, um ano e meio ou dois anos depois tínhamos regressado



do à normalidade constitucional. Precisamente nessa altura com o apagamento da função do MFA, era a mesma coisa que dizer que acabava a democracia em Portugal. Porque as Forças Armadas, que deram a democracia ao Povo português é que são o garante desse caminho para a democracia. E a reacção, desta ou daquela maneira, há-de existir durante anos e anos.

ES: Parece-nos que as Jornadas Democráticas podem contribuir muito decisivamente em Portugal para o inventariar de problemas concretos a que há de dar resolução urgente e em segundo lugar contribuir para a aproximação de uma via portuguesa para a tal democracia económica que é uma forma de caminhar para o socialismo a que há pouco se referiu. Como é que vê estes problemas em relação às Jornadas Democráticas?

PEREIRA DE MOURA: As Jornadas Democráticas são essencialmente uma realização que propiciará a grandes massas do Povo português participem na discussão política. Já se tinha conseguido um bocado essa participação, por acção das várias organizações políticas na fase anterior, mas esta iniciativa tem de facto uma dimensão desconhecida até agora em Portugal. E portanto essa grande participação, as pessoas a discutirem os problemas políticos do País, principalmente a partir dos seus problemas próprios:

— Isto parece-me um passo essencial que era necessário dar, visto que andamos constantemente a falar em participação em democracia em política económica, etc, mas a democracia é isso mesmo, é o povo a governar; e para governar é preciso saber quais são os problemas que obrigam a actos de governo. Penso que devido à tal importação que muitos de nós temos tendência para fazer dos modelos políticos europeus e dos partidos havia uma certa tendência para as forças que no fundo querem construir um Portugal democrático, no sentido amplo da palavra, terem certa tendência para se dividir, não totalmente, mas pôrem muito em relevo as suas razões de divisão ou de pontos que as separam. O que é fundamental nesta fase e em muitas que vêm a seguir, por um longo tempo é pôr em oitium aquilo que pode unir todas essas forças, porque a luta, a campanha e o trabalho fundamental não é para escolher este ou aquele caminho entre os muitos que os diversos grupos políticos muito naturalmente propõem para a marcha no sentido da construção do socialismo e da construção democrática. Claro que cada grupo tem a sua verdade mas desde que qualquer de nós, esteja em qualquer grupo, procure ver com uma certa perspectiva, e à luz da experiência mundial e portuguesa tenho a impressão que rapidamente concluí que nenhum dos grupos é capaz de dizer que a sua é que é a via autêntica, verdadeira e única

Temos de reconhecer que há a necessidade de um grande debate. Só a experiência e a reflexão simultânea é que há-de ir permitindo construir um caminho. E neste momento, as jornadas são uma grande tentativa de pôr a trabalhar em conjunto pessoas que estavam com tendência para não trabalharem tanto em conjunto. O problema fundamental é nós todos discutirmos grandes problemas políticos e da sociedade portuguesa. Pois vamos a fazer isso numa perspectiva de construção democrática e socialista.



E. S. Estamos agora com António Reis, colaborador durante muitos anos da «Seara Nova», de cuja redacção fez parte, militante do Partido Socialista, trabalhando agora no Ministério da Educação e Cultura e que escolhemos para responder a esta série de entrevistas.

Qual é a tua opinião sobre os acontecimentos e sobre as novas perspectivas abertas pelo 28 de Setembro - 1 de Outubro?

— Sobre isso, hoje, 16 de Outubro, já há muito pouca coisa de novo a dizer. Parece que já está tudo dito pelos vários partidos (entre os quais também o Partido Socialista) que já se pronunciaram sobre o seu significado.

No entanto há sempre uma forma pessoal de transmitir essa opinião e em meu entender ela resume-se fundamentalmente nisto:

SPINOLA — UM UTOPICO ROMANSTISMO

Em primeiro lugar, a presença do general Spínola, de outros generais e de um sector conservador nos centros de Poder, depois do 25 de Abril, era um equívoco, era um romantismo bastante utópico, porque se assentava numa concepção de democracia perfeitamente inadequada à realidade portuguesa, e o que aconteceu era de certo modo inevitável, e só admira que não tivesse acontecido há mais tempo.

E. S. — Poder-se-á dizer que um aplicação progressista do Programa do MFA, sobretudo no que ele tem de estratégia antimopolista e de criar condições mais favoráveis às classes trabalhadoras (até para elas poderem participar nas eleições) se abriram com o afastamento do general Spínola?

— Pode, e creio que é agora ou nunca, porque lembro-me que quando se deu a primeira crise do 1.º Governo Provisório, fizeram-se também grande proclamações de fé na necessidade da viragem política do Governo Provisório, nomeadamente no sector das medidas de carácter social e económico em que se reconhecia que a economia do País estava a ficar paralisada, a sabotagem dos grandes grupos económicos era notória, era necessário cortar a cabeça ao grande capital.

Foi uma análise política feita nessa altura que nos parece óbvia, elementar, mas se não traduziu em grandes medidas práticas, precisamente porque o centro de decisão fundamental continuava a ser a Presidência da República e as resistências em seu redor, permaneciam um obstáculo intransponível.

E. S. — Num comunicado do Partido Socialista são propostas reformas claramente favoráveis às classes trabalhadoras no que respeita à manietação da capacidade de manobra do capital bancário, à reforma agrária, à luta contra os despedimentos, contra o custo de vida, etc.

Quer-me parecer que isso exigia a institucionalização de novas expressões de poder que não passam na minha opinião obviamente, pela democracia parlamentar tal como ela é entendida neste mundo ocidental, do qual Portugal deverá (na opinião de alguns) fazer inteiramente parte.

Esta questão coloca problemas que eu gostava que tu abordasses...

— Exacto, isto prende-se com o que estávamos a dizer há pouco porque quando eu acusava o general Spínola e a sua corte de uma concepção romântica e utópica da democracia em Portugal que precisamente queriam importar para Portugal figurinos de democracia burguesa formal que não podem ter aplicação em Portugal.

O raciocínio que esteve na base deste comunicado do P. S., desta tomada de posição que é de facto importante, é muito simples: chegamos à conclusão, ou melhor à altura de o dizer claramente que a construção da democracia em Portugal passa não só pela instituição de esquemas políticos e jurídicos pluralistas, mas fundamentalmente, pela implantação desde já de reformas de fundo no sector económico. Isto tem de ir a par com esquemas políticos pluralistas «sui generis», que limitem também aí o poder de intervenção dos grupos económicos.



O QUE É A DEMOCRACIA PLURALISTA?

E. S. — Estou parcialmente de acordo contigo e estarei mais se souber com a nitidez que esta conversa pode permitir o que é que tu entendes por democracia pluralista, porque é isso que eu julgo que é a ambiguidade fundamental do texto do comunicado do P. S.

— Estou a ver, estás a tocar de facto no cerne da questão e eu aproveito para avançar a minha opinião pessoal, que penso não se afastará grandemente do consenso geral que existe na Comissão Política do Partido Socialista.

O que aconteceu com o 28 de Setembro com as constituições daqueles partidos de direita disfarçada pode voltar a acontecer.

É necessário que caminhemos para uma constituição e para formas institucionais que impeçam a constituição de partidos os políticos de direita que actuem, ainda que veladamente, no sentido de obter por meios violentos ou aparentemente legais os seus objetivos.

E. S. — E nesse sentido que se deve entender o que vocês chamam a via revolucionária original para o socialismo em Portugal?

— Exactamente. Para obstar a essa ivre iniciativa de partidos políticos de direita, e não só partidos como grupos económicos, centros de pressão a todos os níveis.

E. S. — Essa nova institucionalização e constituição de um novo poder popular em Portugal entende-se como uma fase de transição na caminhada para o socialismo em Portugal?

— Exacto, para conseguir de facto este esquema que eu designava de pluralismo controlado (é uma expressão muito pessoal) só com a concordância das F. A. e com a acção do MFA na vigilância às manobras daqueles grupos de pressão que a todos os níveis procuram descontrolar o pluralismo.

E. S. — Portanto, refere-te à necessidade de, mesmo com eleições, o MFA, continuar como centro decisivo do Poder, porventura até institucionalizado?

— É difícil e prematuro neste momento, estamos a ver em que condições é que o MFA continuará a exercer uma pressão no Poder para além da votação da Constituição e de um Governo já não provisório.

Creio que ele deverá desempenhar um papel de defesa do esquema político que será democraticamente votado (entendendo isto no tal sentido do pluralismo controlado), e de defesa das instituições desta democracia original contra tentativas de a derrubarem.

UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA?

E. S. — Vem no seguimento lógico do que temos estado a conversar a questão da política externa. Portugal situa-se num contexto imperialista, altamente dependente não só de um só imperialismo mas com várias influências de vários sectores do imperialismo.

Que política externa é necessário desde já, pôr em marcha?

— Aí acho que tens de pôr algumas reservas aos considerandos da tua questão.

De facto nós estamos numa zona de influência imperialista mas não devemos entender de uma forma homogénea essa influência imperialista; uma coisa é o eixo Washington, outra é o eixo Estocolmo-Bona, outra é o eixo Paris-Roma, etc... Digamos que há que distinguir em primeiro lugar a influência europeia da influência americana e desde já todos reconhecemos que a influência europeia é mais decisiva que a influência americana até pelo tipo de relações económicas que mantemos com a Europa, e dentro dessa influência temos de vê-la não como influência imperialista sem contestação, mas como a influência de uma zona que é já no seu interior gravemente contestada. Que toda a política neocapitalista, ou de ligação entre o neocapitalismo e a social-democracia não é uma política que decorre neste momento de uma forma pacífica nos países em que é aplicada; existe uma tensão muito grande no interior da Europa, mesmo na Europa Social-Democrata pois não só a esquerda se fortalece, nomeadamente em França, mas também na Itália, mas também nos próprios países ditos social-democratas há uma esquerda na própria social-democracia que vai ganhando cada vez mais força, e é ver o caso do «Labour» inglês em que

a sua ala esquerda está ganhando peso e nos próprios partidos sociais-democratas sueco e alemão, que são os que conhecem melhor a esse respeito.

Tudo isso torna a Europa um local de tensões em que Portugal é mais um elemento com tensões também no seu interior.

E. S. — Eu referia-me na pergunta, não explicitamente, a uma nova política externa que buscase, aproveitando o capital obtido com a descolonização, apoios concretos em países do Terceiro Mundo e nomeadamente no Egipto, Síria, Argélia, etc.

— O nosso comunicado aponta para isso, mas não deixa de reconhecer que a influência económica determinante continua a ser a influência económica europeia. Creio que essa procura de uma independência e de uma libertação da superação a influências estranhas na definição da nossa via para o socialismo, pode ser ajudada por vários factores.

Um deles é sem dúvida nenhuma a ligação com o Terceiro Mundo, a variação dos nossos mercados, das nossas ligações económicas e comerciais. Entravam aqui também os países de Leste, fundamentalmente. Outro factor importante é o jogo de alianças com esquerdas europeias. **O Mercado Comum não é linearmente o mercado dos patrões. É um mercado em que há patrões e trabalhadores em luta.**

Numa perspectiva de análise marxista, de forma alguma se pode esquecer isto.

Aliás não convém esquecer que o próprio general Costa Gomes (numa entrevista que passou despercebida à Imprensa) já reconheceu que teríamos de ir para uma política de desvinculação em relação aos compromissos político-militares que temos e de neutralidade nessa matéria.

O PARTIDO SOCIALISTA: DEFINIÇÃO E PERSPECTIVAS

E. S. — Agora queria pôr-te outra questão, porventura a mais delicada e a mais interessante, por isso mesmo. Existem em Portugal vários partidos políticos: existe o Partido Comunista que, todos reconhecemos, do ponto de vista de organização e de capacidade de movimentação e influência sobreleva todos os outros até porque conta com um quadro bastante alargado de militantes profissionais. Existe o MDP/CDE que na prática alinha pelo menos publicamente com as posições, estratégia e tática do Partido Comunista Português. Existem depois outros partidos tais como o PPD que julgo ser um partido estritamente eleitoral, existe o Partido Socialista, o Movimento de Esquerda Socialista, a LUAR: os PS existem várias perspectivas, por exemplo, no Norte existem as Juventudes Socialistas que têm um papel semelhante ao do MSP (Movimento Socialista Popular) em Lisboa, existe ainda a denominada extrema esquerda.

Parece-me que haveria possibilidades de obter uma convergência de várias organizações de esquerda, numa Frente Socialista que agruparia um Partido Socialista marxista e revolucionário e não social-democrata, o MES, o MSP, a LUAR, os Centros Populares 25 de Abril e que sendo um contraponto efectivo e com base sindical operária, e até com perspectivas eleitorais, à zona MDP-PC, teria a vantagem de ter condições de análise teórica e prática política que pudessem buscar um socialismo adequado à realidade concreta da sociedade portuguesa. Isto seja, não acredito que para a extrema esquerda M-L seja viável abandonar o modelo chinês e albanês, e adaptar-se a interpretação concreta da realidade portuguesa. A proposta de modelos de uma forma altamente apriorística não favorece a sua inserção na luta de classes.

Portanto, qual é a tua opinião, que neste caso terá de ser muito pessoal sobre estas questões que eu acabei, quase diria experimentalmente, de te pôr, e que, repito, devem ser consideradas, nas actuais condições, como meras hipóteses?

— A minha opinião, que não é forçosamente muito pessoal, mais uma vez sublinho que não sou propriamente um «enfant terrible» do Partido Socialista e que há muita gente na Comissão Política do Partido que partilha destas convicções, é a seguinte: subscrevo inteiramente as reservas que acabas de fazer relativamente à extrema esquerda e quanto à criação de um agrupamento de forças que lutem em conjunto pela implantação em Portugal de um socialismo adequado à realidade portuguesa, por uma via adequada ao contexto político em que nos encontramos e à forma original como as transformações históricas se estão processando no nosso País, creio que há de facto bastantes possibilidades de que isso venha a acontecer proximamente. Este comunicado, esta tomada de posição do PS que tu disseste poder ser uma viragem à esquerda, mas que no fundo não é mais do que a confirmação talvez vinculada pela primeira vez de uma forma tão acentuada, daquilo que há muito é a linha dominante na Comissão Política do PS. Eu creio que a médio prazo pelo menos, poderemos encetar a constituição de um grande Partido Socialista que integre estas várias correntes de pensamento e de acção.

E. S. — Mas isso só será possível, e só a unidade na luta poderia forjar tal partido numa opinião muito pessoal da minha parte, se o Partido Socialista deixar de ser o ponto intermédio entre um social-democrata não marxista e uma corrente marxista revolucionária.

— Eu ia precisamente pegar nesse ponto para esclarecer muitas dúvidas que infelizmente persistem a esse respeito. Em primeiro lugar estou convencido de que o próximo Congresso do Partido Socialista marcará duas coisas: no plano da definição de um programa e de uma linha política, a acentuação declarada de uma linha socialista revolucionária de inspiração marxista como se vê por este

comunicado, como se vê inclusivamente pela própria Declaração de Princípios do Partido Socialista. De facto o Partido Socialista não é, ao contrário do que muitas declarações têm levado a pensar, uma espécie de mosaico ou de agregado de três grandes linhas: a tendência social-democrata, a tendência marxista e a tendência cristá. Essa visão é uma visão perfeitamente deturpada do Partido Socialista. Quando se fala nessas três tendências no Partido Socialista, quer-se sobretudo acentuar que o Partido Socialista resultou da convergência de militantes provenientes de três linhas de formação diferentes: uma linha de socialismo humanista sergiano, digamos, que nem sequer é bem uma linha social-democrata pura, uma linha marxista não dogmática, e uma linha de socialismo cristá. Simplesmente, isso, repito, são três proveniências, três origens. Há agora uma concepção comum do socialismo que é o socialismo democrático cuja inspiração é predominantemente marxista e que corta nitidamente com a orientação social-democrata que é expressamente rejeitada na Declaração de Princípios.

P.P.D.:

A SOCIAL-DEMOCRACIA CLÁSSICA

E. S. — Isso implica que a social-democracia histórica, como tem sido na história da Europa dos últimos anos, não seja o PS, mas seja o PPD?

— Em Portugal fomos originais também a esse nível. Quem encarna o ponto de vista social-democrata no nosso País é o PPD. Pelo menos ele próprio se encarrega de o proclamar. Reivindica essa posição e sente-se certamente muito mais próximo dos partidos social-democratas do que nós.



A tendência cristá, é outro equívoco. Os nossos militantes de origem cristá são até dos mais radicais e que comungam também dum ponto de vista de análise marxista. Por isso este Congresso vincará esta unidade de pensamento, em que a linha marxista é predominante e em segundo lugar este Congresso deverá unificar organizativamente o Partido Socialista. E quanto tu me falas na Juventude Socialista e no MSP, devo dizer-te que a partir deste Congresso o MSP será integrado no PS de uma forma não autónoma. Embora os estatutos que irão ser aprovados continuem a respeitar o direito à tendência, ficou deliberado, no acordo que fizemos com o MSP, que a partir do momento em que se fizesse o Congresso, em que a linha política do partido fosse claramente definida, e em que eles aderissem a essa linha política, não haveria razão para manter um Movimento Socialista Popular com esta designação em estruturas autónomas ou paralelas às do PS.

E. S. — Nunca, por exemplo, o Partido Comunista, tomou as posições claramente antimonopolistas e que são como todas verdadeiras, as posições antimonopolistas, anticapitalistas, como as deste comunicado do Partido Socialista. Isto quer dizer que, está posta de parte com este comunicado uma aliança com o PPD?

António Reis — A aliança com o PPD existe e a certo nível, por exemplo ao nível do Governo Provisório de coligação, do mesmo modo que existe uma aliança com o MFA, com o PCP. Certamente queres-te referir ao futuro, saber se em relação às próximas eleições ou eleições de futuro se considera a hipótese de uma coligação eleitoral com o PPD em detrimento de uma coligação com o PCP ou outras forças de esquerda.

Desde já porinho uma reserva à maneira como pões a questão. Neste momento está posta de parte a hipótese de uma aliança com o PPD. Devo acentuar, e esclarecer muita gente que especula a respeito disso, que nunca foi posta essa hipótese. Isso foi uma ilação que comentaristas políticos retiraram do facto de, em posição a questão da CDE, haver uma coincidência de posições, mas nem nós consultámos o PPD a esse respeito nem o PPD nos consultou a nós. Aliás os motivos pelos quais foi tomada pelo P.S. aquela posição em relação à CDE não coincidem também, embora numa determinada zona possam formalmente coincidir, mas essa hipótese nunca foi posta, não está a ser posta e creio que nunca será. Quando muito põe-se a hipótese de manter durante algum tempo um governo de coligação.



ENTREVISTA COM AUGUSTO MATEUS

E.S.: Falámos em seguida com Augusto Mateus, economista, assistente universitário, consultor sindical e membro da Comissão Política Nacional do M.E.S. Com intérpretes os acontecimentos ocorridos em Lisboa entre 28 de Setembro e 1 de Outubro?

AUGUSTO MATEUS: O 28 de Setembro parece-me que resultou fundamentalmente de uma ofensiva política das forças reacçãoárias e da burguesia portuguesa no sentido de tentar liquidar as principais conquistas que as massas populares e os trabalhadores tinham obtido a partir do 25 de Abril e, simultaneamente, atingir o próprio Movimento das Forças Armadas.

Não me parece que esta crise do 28 de Setembro tenha sido a grande tentativa, a grande cartada da burguesia portuguesa, foi sim um primeiro ensaio, um primeiro grande confronto para aquilatar das forças em presença e experimentar como é que a sua estratégia fundamental, que é a de instaurar de novo em Portugal um regime autoritário e repressivo pode avançar.

O SENTIDO DA UNIDADE

ENTRE AS FORÇAS POPULARES E O M.F.A.

E.S.: Isso sugere-me uma questão ligada a essa: o período imediatamente anterior ao 28 de Setembro foi marcado por lutas de trabalhadores, ex: T.A.P., Lisnave, «Jornal do Comércio», que exigiam fundamentalmente o saneamento e que foram caluniadas por algumas organizações de esquerda e nem sempre o M.F.A. soube interpretar o significado político dessas lutas. Por outro lado, são as classes trabalhadoras e as massas populares que tomam a ofensiva contra a reacção, contra as tentativas de liquidar o próprio M.F.A.

Como é que tu vês a ligação entre estes dois problemas, muito concretamente no 28 de Setembro a 1 de Outubro?

AUGUSTO MATEUS: A crise do 28 de Setembro só foi possível pela forma como o Programa do M.F.A. tem vindo a ser aplicado, pela benevolência com que os reacçãoários, os «pídes», os colonialistas têm sido tratados, pela forma como se tem deixado desde o 25 de Abril, o caminho livre aos capitalistas.

A reacção que não é um «bicho de sete cabeças» mas sim o patronato organizado na defesa dos seus privilégios de classe, avançada sempre que pode e cada vez que se sente efectivamente ameaçada. O 28 de Setembro tem igualmente que ver com a forma que a luta operária vinha a assumir. Ou seja, após um período em que o tom fundamental era a luta reivindicativa por aumentos de salários e redução de horários de trabalho e melhores condições de trabalho, assistiu-se durante todo o mês de Setembro a lutas com um



conteúdo claramente político. Lutas como a da TAP, da Lisnave, do «Jornal do Comércio», são lutas de trabalhadores que para além de terem um claro enquadramento em objectivos concretos de luta na empresa, centrados fundamentalmente no saneamento, ultrapassaram o âmbito da empresa, o âmbito meramente reivindicativo, são lutas com um conteúdo claramente político. Lutas que afrontam a burguesia como classe e a lógica da conciliação de classes. Daí a sua importância e daí o facto de terem sido calmadas e deturpadas.

A calúnia a deturpação e o isolamento de lutas daqueles que são o suporte fundamental da luta contra a reacção, isto é, as massas trabalhadoras, foi quanto a mim, um dos factos fundamentais que abriram caminho à crise do 28 de Setembro.

Da crise do 28 de Setembro não resultou efectivamente, para além dum certo número de prisões dos reacçãoários mais notórios, um claro ataque ao que possibilitou a crise, às bases sociais que alimentaram o fascismo e agora alimentam a reacção capitalista.

Ela contribui, no entanto, para clarificar como é que o processo de democratização pode efectivamente avançar neste País. Enquanto que no 25 de Abril foram as massas populares que vieram para a rua em apoio ao M.F.A. que estava a derrubar o Governo fascista e anunciava que não se quedaria por aí e que machadadas importantes seriam dadas no próprio regime fascista, no 28 de Setembro aconteceu precisamente o contrário; foram as massas populares que vieram para a rua na defesa das conquistas já obtidas e foi o M.F.A. que soube vir apoiar os piquetes de vigilância e as barricadas que as massas populares tinham sabido organizar. Isto parece-me que criou uma perspectiva muito importante de como se constrói a unidade entre as forças populares e o M.F.A.

PROGRAMA DO M.F.A. — PARA QUÊ?

E.S.: Quaisquer que tenham sido os processos utilizados pelas forças reacçãoárias capitalistas no 28 de Setembro — 1 de Outubro acho que o resultado seria sempre o mesmo: o reforço do poder pessoal do general Spínola, a liquidação da esquerda e a saída disso seria um regime autoritário e fortemente repressivo à luta dos trabalhadores.

No entanto, falaste à pouco de que nunca foi feita uma aplicação do Programa do M.F.A. em claro favor das classes trabalhadoras. Sabemos, por outro lado que o general Spínola era um dos obstáculos a essa aplicação.

Portanto, há agora perspectivas, como o afastamento do general Spínola, condições para uma aplicação progressista e em claro favor das classes trabalhadoras, do Programa do M.F.A.?

AUGUSTO MATEUS: O primeiro aspecto que eu queria falar é o seguinte: é sabido que a acção do general Spínola durante todo o tempo em que foi Presidente da República se traduziu num conjunto de tentativas para reforçar o seu poder, para avançar num reforço do autoritarismo e da repressão e é sabido que isso passou por tentativas de dissolução do próprio M.F.A. No entanto, isto nunca foi explicado claramente aos trabalhadores e ao Povo Português.

Mais, permitiu-se ainda que o gen. Spínola utilizasse o seu discurso de demissão para aumentar a confusão.

Parece-me extremamente importante frisar que nesta crise do 28 de Setembro se manteve, esta perigosa «tradição», ou seja, para a grande maioria do Povo Português não ficou nada claro o que tinha sido esta crise, quais eram as intenções do general Spínola, nem que esta crise tinha sido as suas crises preparatórias, nomeadamente a que originou a passagem do 1.º para o 2.º Governo Provisório. Portanto, se a saída do general Spínola é efectivamente um passo em frente, um passo positivo e permite que as perspectivas de um aplicação efectivamente progressista do Programa do M.F.A. se venha a desenvolver, o facto de para a grande maioria da população as questões não terem ficado claras, é altamente negativo. Mas o que se liga fundamentalmente ao avanço dum aplicação progressista do Programa do M.F.A. que cumpria a anunciada elaboração de uma nova política económica e social ao serviço das classes trabalhadoras, não é a saída do general Spínola, é o facto de o M.F.A. poder ter percebido claramente nesta crise que para tal é necessária a sua manutenção como centro fundamental do poder político.

E.S.: Quería agora levantar outra questão: tens afirmado muitas vezes que a democracia parlamentar, burguesa, tal como existe nos países da Europa Ocidental, e que me parecia ser um dos modelos do general Spínola, é altamente invivível em Portugal.

A questão que te queria pôr agora é a seguinte: como em seus eleições, este é um problema que não podemos analisar aqui, parece-me essencial que o M.F.A. adquira uma nova perspectiva política que o faça ser uma das alavancas fundamentais da luta das classes trabalhadoras. Como é que tu vês este problema?

AUGUSTO MATEUS: O fundamental parece-me ser o seguinte: a chamada aplicação progressista do Programa do M.F.A., que para mim é no sentido da consolidação e do reforço das condições mais favoráveis de luta que se abriram aos trabalhadores portugueses, da consolidação e do reforço das conquistas populares alcançadas e da criação de condições para que um projecto socialista, ou seja, a clara construção de objectivos e de formas organizativas de luta que levem os trabalhadores portugueses à construção de uma sociedade socialista neste País, se forje na luta anticapitalista.

Isto não é possível com o que temo sido até aqui a acção do Governo Provisório, ou seja, colocando-se numa posição de árbitro na luta de classes. Os problemas fundamentais que se põem a este País são os problemas fundamentais que se põem aos trabalhadores portugueses, aumento do custo de vida, despedimentos, péssimas condições de trabalho e de vida que têm; são os problemas dum economia que se baseia na exploração do trabalho assalariado, dum economia dependente, dum economia assente em salários miseráveis. Estes são os problemas fundamentais deste País e não se lhes pode responder com soluções de falsos equilíbrios entre os trabalhadores e os capitalistas, com um Governo Provisório tentando funcionar como árbitro «neutral» entre a burguesia e o proletariado.

Quer as medidas antimonopolistas de que fala o Programa do M.F.A., quer a política económica e social ao serviço das classes trabalhadoras, só são possíveis se o Governo Provisório não funcionar como mero gestor de uma economia capitalista, entendendo o desenvolvimento económico e social em sentido capitalista, e se o M.F.A. actuar como centro de poder político colocando-se claramente ao lado das classes trabalhadoras.

A luta dos trabalhadores em Portugal já mostrou claramente um conjunto de objectivos que têm de ter imediatamente expressão a nível de medidas concretas tomadas pelo Governo.

Lutas houve que trouxeram a luz a questão das nacionalizações. Outras lutas levantaram a questão da exploração fora dos locais de trabalho.

Ora nós assistimos a que não são nenhuma medidas concretas de apoio a essas lutas foram tomadas, como ainda se promulgaram um conjunto de leis que vieram cecear gravemente as condições mais favoráveis de luta criadas pelo 25 de Abril. A lei da greve pode ser considerada uma lei tipo desse conjunto de leis, e aquilo que aconteceu a esta lei será um bom indicio do significado real do 28 de Setembro, já que neste momento muitos trabalhadores, alguns sindicatos, algumas organizações progressistas e de esquerda entre as quais o Movimento de Esquerda Socialista, claramente denunciaram essa lei como anti-operária.

E.S.: Até o próprio Partido Socialista já se referiu a isso...

A.M.: Sim, sim, o Partido Socialista fala no entanto da revisão da lei da greve; a minha perspectiva é outra. Parece-me que a revogação da lei da greve seria a melhor forma de o M.F.A., mostrar que soube tirar as lições importantes que esta crise trouxe, soube ver claramente que não é limitando as lutas dos trabalhadores, não é criando-lhes obstáculos, que pode levar por diante aquilo a que se abalançou quando fez o 25 de Abril.

BURGUESIA EUROPEIA EM CRISE

E.S.: A última pergunta que eu te queria pôr é a seguinte: sabe-se que o capitalismo português é um capitalismo altamente dependente, no próprio quadro do sistema capitalista mundial. As perspectivas que tu avançaste fazem supor que pensas, que é possível a partir das actuais condições da luta política e do actual estado da luta de classes em Portugal, começar a criar condições para que seja possível uma caminhada inequívoca para o socialismo em Portugal. Como é que tu vês a inserção de Portugal, numa Europa capitalista dominada pelo imperialismo norte-americano, e como é que tu vês o necessário equilíbrio que desde já tem de se começar a fazer, com outro tipo de alianças internacionais e com outro tipo de apoios internacionais, que permitirão a avançada inequívoca para o socialismo?

AUGUSTO MATEUS: O que há aqui fundamentalmente a ver é o seguinte: parece-me que uma ideia que as pessoas facilmente apanham é de que é impensável um desenvolvimento económico neste País que faça Portugal atingir os níveis dos países capitalistas mais avançados. Ora esta ideia tem outra por trás que é a seguinte: quer dizer que o fascismo em Portugal não foi uma aberração e que portanto não se trata apenas de níveis de desenvolvimento mas também de formas de organização política, e portanto é tão utópica a possibilidade de Portugal recuperar o atraso de desenvolvimento capitalista que tem em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos como atingir formas de organização política semelhantes às desses países. Portanto esta situação leva a que, o processo

de democratização neste País para ser consequente seja um processo que crie efectivamente as condições para que passos decisivos para a construção do socialismo sejam dados. Outro modo será um processo que levará ao desarme dos trabalhadores, que levará à liquidação parcial das forças de esquerda que levará a uma vitória da burguesia e portanto à instauração dum regime que não terá que ser necessariamente um regime fascista, mas que será sempre um regime autoritário, embora com alguma fachada democrática. Aqui coloca-se, claramente, a perspectiva seguinte: num processo deste tipo nunca se pode raciocinar, nunca se pode actuar em termos isolados, ou seja escolher a forma como a economia portuguesa se integra na economia imperialista, o seu grau de dependência e dum ponto de vista global, as relações quer militares, o problema da NATO é um problema fundamental, quer políticas que todo este processo implica. Há dois aspectos fundamentais que podem jogar a favor da tal via consequente de democratização deste País, a tal que garante passos efectivos no caminho do socialismo. Essas condições são por um lado, o processo de descolonização, ou seja a possibilidade que há de uma aliança entre os trabalhadores portugueses e os trabalhadores da Guiné-Bissau, Moçambique e de Angola, aliança essa que se pode agora dar passos decisivos, com a acção clara dos trabalhadores portugueses ao lado do povo de Angola e do seu legítimo representante o M.P.L.A. O problema de Angola está longe de estar resolvido, a descolonização de Angola está longe de estar resolvida, antes se colocam problemas muito graves. Aliás a acção do imperialismo em Angola será diferente da das outras colónias e isso está ligado até com a própria acção do general Spínola, aquela vinda a Portugal de pseudo-representantes do povo angolano que não passam de fantoches políticos, é clara, que se traduz numa tentativa de implantação de uma forma de domínio neocolonial em Angola. Essa aliança que eu referia entre os trabalhadores portugueses, e os trabalhadores da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, pode ser um passo decisivo, e existem para tal condições objectivas, para o reforço deste avanço das perspectivas socialistas em Portugal. Por outro lado parece-me que mesmo na própria Europa se vão surgir a condições políticas extremamente importantes.

Vão surgir em todos os países da orla mediterrânica — Portugal, Espanha, Itália, Grécia, — todo um conjunto de questões fundamentais. A burguesia em todos esses países não encontra uma forma perfeitamente determinada e clara de dominação sobre o proletariado, portanto é uma situação de crise política, mais aguda em Portugal do que nos outros países, mesmo em França, onde com a eleição de Giscard d'Estaing, parecia que uma nova forma de dominação estava encontrada, uma forma mais adaptada ao desenvolvimento do capitalismo francês, onde os interesses do capital monopolista e do capital financeiro iam tornar-se ainda mais preponderantes, assistimos a alguns indícios de que a via de Giscard não vai ser tão bem sucedida.

OUTRA POLÍTICA EXTERNA

E.S.: Desculpa um aparte... Tu consideras portanto que a caminhada para o socialismo, que seria extremamente condicionada pela integração na Europa capitalista, está extremamente facilitada nesta conjuntura pelas crises políticas que atravessam as burguesias europeias nomeadamente da Europa do Mediterrâneo?

AUGUSTO MATEUS: Parece-me que pode vir a estar facilitada. Simplemente não basta dizer que em países vizinhos de Portugal algumas das questões que agora se nos colocam também virão a ser colocadas aos trabalhadores desses países, e as forças efectivamente anticapitalistas, desses países, que, em Portugal, há que avançar na luta anti-imperialista. O M.F.A. e o Governo Provisório têm de se colocar inequivocamente ao lado dos trabalhadores portugueses que são explorados directamente pelo capital estrangeiro tomando medidas concretas, quer medidas de carácter económico quer medidas que se traduzem numa vigilância efectiva contra as manobras imperialistas.

Para tal é fundamental que os trabalhadores e o povo português discutam amplamente e que se dêem efectivamente passos na redefinição da posição de Portugal em relação à NATO, no sentido da saída de Portugal da NATO.

A existência de todo um conjunto de bases militares estrangeiras no nosso país, quer nos Açores quer aqui no continente, é uma seta apontada a um efectivo avanço no sentido do Socialismo neste país. Este é um problema a ter desde já em conta, e a saída de Portugal da NATO e o acabar com essas bases, conjuntamente com medidas económicas anti-imperialistas são passos decisivos no sentido dum democratização consequente neste país, são passos decisivos no criar de condições para se avançar decisivamente no sentido do socialismo.

Para se avançar neste sentido é fundamental a manutenção do M. F. A. como centro decisivo do poder político. O M. F. A. só criará condições favoráveis ao avanço no sentido do socialismo se usar esse poder político para facilitar e apoiar a luta dos trabalhadores e para saber exprimir, como centro de poder político, todas as perspectivas que as lutas dos trabalhadores forem avançando.

Mas o M. F. A. só cumprirá este papel, que é o único que responde ao desafio histórico que lançou no 25 de Abril se se souber, ele próprio democratizar-se, transformar-se, abrindo-se aos militares, aos soldados e aos marinheiros.





★ MAPU-CHILE ★

Chile e Portugal as semelhanças e o contraste

Continuação de pag. 4

E. S. — Crês que é possível fazer um paralelo entre a actual situação no nosso País e a que no Chile precou a ditadura de Pinochet?

E. A. — Em caso algum é possível, a meu entender, fazer um paralelo mecânico, esquemático. Pelo contrário, é possível advertir em ambos os casos que, no Chile e em Portugal, existiram e existem as leis fundamentais da luta de classes. Com efeito, no Chile e aqui, percebe-se com absoluta evidência como a grande burguesia e o imperialismo começam a conspirar e a preparar a asfixia ou o esmagamento de qualquer processo com conteúdo popular, mesmo quando as suas reivindicações imediatas não tenham nenhum conteúdo socialista mas puramente democrático e nacional. Hoje em dia, estas são reivindicações excessivas, impossíveis de aceitar por parte das classes dominantes e do imperialismo, especialmente quando quem as impulsiona são as massas populares quando elas se colocam além disso na perspectiva de um avanço decidido pelo socialismo. Em ambos os casos, a grande burguesia e o imperialismo demonstram a sua decisão irrevogável de defender os seus interesses sem transigir, utilizando para isso todos os meios que sejam necessários: seja a exigência hipócrita de direitos democráticos para montar e desenvolver a sua acção contra-revolucionária, seja o golpe ou contra-golpe de Estado gradual, passo a passo, quase imperceptível, ou seja através do golpe brutal, sangrento, massacrando dezenas de milhares de compatriotas sem nenhuma inibição, como no caso do Chile. Lá e cá, os inimigos do povo estão dispostos a utilizar todos os meios que tenham ao seu alcance, sem limitação alguma e no momento que eles acham necessário e oportuno. Pelo mesmo, também é manifesta a necessidade absoluta de respeitar o princípio marxista de desenvolver a fundo, urgentemente, a iniciativa eriorada das massas, a sua mobilização constante e a sua organização para formas cada vez mais avançadas de combate. Neste sentido, nem o freio burocrático à iniciativa das massas, nem o espontaneísmo anárquico, que não se expresse nem se traduza em organização real, correspondem aos interesses do avanço revolucionário. Por

fim, entre muitos outros aspectos em comum, confirma-se também aqui o que no Chile foi também necessidade imperativa, a mais decisiva de todas: a necessidade de contrair, de construir e desenvolver, uma sólida direcção revolucionária e proletária no seio das massas, uma autêntica vanguarda marxista-leninista, que impulse, organize e centralize à escala nacional a acção revolucionária das massas; que unifique estratégica e taticamente o movimento popular; que oriente correctamente em cada momento a luta contra o inimigo principal e imediato, centrando as forças contra ele; que aproveite oportunamente as contradições no seio das forças inimigas, agudizando ao máximo essas contradições e diferenciando as suas filias, evitando o confronto imediato e simultâneo contra todas as fracções da classe dominante; que permita impulsionar e construir em cada fase da luta as alianças que sejam necessárias, para isolar mais e mais o inimigo e fortalecer o bloco popular e revolucionário; enfim, uma direcção marxista-leninista que assuma cabalmente a organização e preparação das massas para protagonizar as formas mais elevadas de confronto, no momento oportuno. Segundo pensamos a existência desta direcção marxista-leninista é absolutamente indispensável. Sem ela, a perspectiva mais certa é a derrota.

E. S. — Falasta em vários comícios do M. E. S. principalmente em Braga e no Porto. É importante para nós que nos fale da tua participação nos mesmos.

E. A. — Efectivamente tive o prazer de participar em vários comícios organizados pelo M. E. S., de solidariedade com a luta do povo chileno. Pareceram-me extraordinariamente bem sucedidos e positivos. Em todo o caso, o que poderia destacar é fundamentalmente o prazer que tive de participar num debate com trabalhadores, formulando perguntas e opiniões de diverso tipo. O interesse e a preocupação do público pela experiência chilena e pelos problemas nacionais era enorme. Creio que isto evidencia, de alguma maneira a grande potencialidade revolucionária do processo aberto com o 25 de Abril, e as grandes obrigações que dele derivam para todas as organizações revolucionárias do País.

A actual fábrica têxtil Sousa e Abreu era a antiga fábrica da Chafarica. Há dez ou onze anos foi à falência. Um tal João Teixeira comprou-a, tendo alugado o maquinismo e o edifício aos Sousa e Abreu. Assim nasceu a nova firma e o sindicato nome Sousaabreu.

Este resumo histórico é-nos narrado por José Francisco Ribeiro, elemento da Comissão de Gestão, lutador pela emancipação dele e dos seus camaradas de trabalho. Há nove anos que pertence à firma, há nove anos que vive sob uma exploração incontrolada e há poucos dias que lhe para nos lábios o sorriso de uma vitória que julgava bastante difícil. E ele que nos explica que do alugar atrás referido ainda falta pagar cerca de 990 contos pelo maquinismo.

E. S. — Depois de vocês terem assumido o comando nos destinos desta firma qual tem sido a posição do patrão? Continua a vir aqui?

J. F. R. — O patrão continua a não vir. Tem dito que tem cerca de 5000 contos investidos aqui o que não corresponde à verdade. Terá quando muito 200 e tal contos. Cortou o telefone durante 10 dias mas agora já funciona outra vez porque a gente foi aos Correios expor o caso.

E. S. — Vocês têm recebido apoio de outras entidades?

J. F. R. — Sim. O sindicato tem-nos apoiado através das campanhas que realizou. Foram-nos entregues 352\$00 de uma reunião efectuada na Câmara, vindo de um pediteiro. Da Empresa de Malhas Lda, recebemos também 506\$750, através do sindicato. A Fábrica do Arquinho contribuiu com 2100\$00.

E. S. — Que é que vocês fizeram a esse dinheiro?

J. F. R. — Parte desse dinheiro têm-lo em caixa para comprar algodão. Já compramos 40 maços de algodão no valor de 13 263\$00 e nós precisamos pelo menos de 500 quilos dele. Outra parte do dinheiro foi distribuído pelo pessoal mais necessitado. Temos gente aqui a viver muito mal; uns têm muitos filhos ou família numerosa. Então nós, em conjunto, achámos que esse pessoal tinha de merecer certo auxílio. E que tanto o patrão como os seus amigos estavam convencidos que logo que acabasse o algodão nós não teríamos outro remédio senão fechar a fábrica. Mas enganaram-se. Vamos lutar até ao fim e venceremos.

AS DURAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA FÁBRICA

E. S. — Como é que vocês trabalham aqui? Depois das voltinhas que a gente deu por aí verifica-se que dá a impressão de haver menos gente a trabalhar. Que é feito da outra gente?

J. F. R. — Alguns devem ter ido para a outra fábrica do patrão que está em nome do filho dele. Há também pessoal com baixa, por isso é que só temos hoje 25 pessoas a trabalhar. Se tivéssemos aqui as máquinas que o patrão levou daqui para a nova fábrica a coisa era

Em Braga trabalhadores dirigem fábrica

Percorremos as instalações da fábrica. As máquinas têm um aspecto de certo abandono. Parecem cobertas de ara-

nhas, muito embora trabalhem quotidianamente. José Francisco foi o nosso cicloron. Perguntamos-lhe nessa altura se, face à comunicação do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, iriam trabalhar no domingo. Respondeu-nos que isso seria discutido com os outros membros da Comissão de Gestão e os trabalhadores. Só fariam o que fosse vontade colectiva dos trabalhadores.

Relativamente à posição do patrão no âmbito directivo da firma disse-nos que só ia aparecendo de vez em quando. Os dois filhos do patrão designavam-se chefes de qualquer das secções existentes mas não faziam nada. Apareciam uma vez por outra e ganhavam 6000 e 7000 escudos cada um. O patrão tinha ordenado fixo em 12 000\$00. Este chegou a dar baixa à Caixa por 30 dias de doença mas ia aparecendo por lá. Tinha na mesma ordenado de 12 contos!



Em resumo:
na fábrica SOUSAABREU.

diferente. Mesmo assim vamos fazendo o que é possível e que dá para sobreviver.

E. S. — E isso dá realmente para viver?

J. F. R. — Dar dá, com mais aperto menos aperto. Como as vendas estão a ir um pouco melhor é possível que dentro em pouco se possa aumentar o pessoal e fazer-se uma vida normal. Estamos muito esperançados. Por outro lado, tem vindo um guarda-livros de confiança que nos vai ajudando na escrita disto. À noite vem para aqui um polícia vigiar isto porque o patrão pode querer levar mais alguma coisa daqui.

AS PERSPECTIVAS QUE SE ABREM

E. S. — Como é essa história das pessoas que queriam comprar a produção?

J. F. R. — Vieram cá uns cavalheiros, parece que eram do Porto, que se ofereceram para comprar o que a gente tinha produzido. Mas compraram por um preço inferior e a gente não aceitou. Também apareceram aqui alguns estudantes para a judar a vender. As coisas agora não estão a correr muito mal.

E. S. — Vocês acreditam na vitória e estão plenamente convencidos que podem continuar com o negócio sem a presença do patrão não é assim?

J. F. R. — Pois acreditamos. Se não acreditássemos tínhamos aceitado o negócio daqueles tais senhores, dividiámos por todos e cada um ia tratar da sua vida. Alguns outros camaradas pensavam que isto sem o patrão ia ao charco. Enganaram-se. Sabemos cuidar de nós.

A EMANCIPAÇÃO DOS SEUS TRABALHADORES

É JÁ (OUTRA) OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.



Trabalhadores continuam suspensos

Em consequência do despedimento de cerca de duas centenas de trabalhadores da T.A.P., há ainda por readmitir e sujeitos a investigação 56 trabalhadores.

Acabou a militarização da T.A.P. Os despedidos deixaram de estar sob foro militar e os processos passaram para as mãos da Administração daquela empresa.

Houve saneamento? Houve castigo para os responsáveis pela repressão de 1973?

O silêncio aqui não é afirmativo.

Há sim 56 trabalhadores despedidos. Que não podem trabalhar. Que esperam. Que nada sabem da «sorte» que os patrões lhes reservam.

Após a luta da T.A.P., após a militarização, após os despedimentos, que modificação houve?

56 trabalhadores não podem trabalhar!

... Lutar pela readmissão incondicional de todos os trabalhadores eis o caminho que se impõe a todos os trabalhadores e revolucionários.

CHILE : O golpe visto por dentro II



PREPARAÇÃO DO COLPE MILITAR

Este facto, como se disse, não foi resultado do Governo, foi sim instrumentalizado, aproveitando as circunstâncias que se iam apresentando. Temos um quadro claro da situação nas FFAA, no momento de assumir o poder o presidente Allende, no que diz respeito a tendências e pensamento da oficialidade. Noventa e nove por cento apegada à Constituição, como nos ensinaram; um por cento descontentes com o triunfo popular; este um por cento incluía unicamente o Alto Comando.

Estas condições foram variando, segundo as circunstâncias, e segundo a estratégia traçada pelos oficiais golpistas, com o consentimento dos oficiais do Pentágono.

Estas circunstâncias desenvolveram-se em quatro fases:

1.ª FASE

(de 4 de Setembro de 1970 a 4 de Novembro de 1970, isto é, desde o triunfo eleitoral do dr. Allende até que assume o lugar de presidente da República.)

Discute-se no interior das F.A., o problema da eleição de um presidente socialista; não se trata de discussões formais nem nelas se faziam acordos por votação mas onde se conversava, em geral, no refectório, nos quartéis e em reuniões sociais sobre o nosso papel e a «Doutrina Schneider».

Não há dúvida que 40 anos de marginalidade do processo político deixaram um profundo vazio.

Nesta altura, Outubro de 1970, dá-se o assassinato do general Schneider, que defendia o Exército respeitaria a decisão do Congresso Nacional, fosse qual fosse. Aliás, já se sabia que o Partido De-

mocrata Cristão tinha acordado em respeitar a decisão inicial tomada pelo povo na eleição directa.

O assassinato de Schneider não acabou com a institucionalidade das Forças Armadas. Nunca ninguém duvidou que a direita e os interesses estrangeiros estivessem envolvidos no crime.

Finalmente, Allende assume o mandato presidencial tendo como comandantes-chefes — excepto um, o general Carlos Prates — pessoas que não tinham a sua confiança; com subsecretários do Ministério da Defesa e ajudantes de campo que não nomeou pessoalmente; com um serviço de Informação que vigiava os esquerdistas, e em geral, com umas Forças Armadas que não tinham elementos capazes de cumprir as suas tarefas profissionais e pessoal com salários relativamente baixos.

2.ª FASE:

(De 4 de Novembro de 1970 a 2 de Novembro de 1972, quer dizer, desde a tomada de posse do presidente Allende até à nomeação do Gabinete Militar, por causa da greve nacional dos camionistas.)

Esta é a fase mais longa. Neste lapso de tempo formaram-se abertamente núcleos de oficiais sediciosos que iniciam uma campanha para ganhar adeptos dentro das Forças Armadas com o beneplácito dos chefes.

Estes grupos começam a falar da «incapacidade» dos membros do Governo para resolver os problemas; chamam a atenção, no meio dos oficiais que não é possível que trabalhadores «ignorantes» ocupem postos de ministros para os quais não estão preparados tecnicamente.

A correlação de forças não variou muito deste período. Os sediciosos nunca chegaram a ser dois por cento. Os restantes continuaram agarrados ao princípio da consuetudinidade. Continuaram as discussões em que se falava dos perigos de um golpe militar, do desprestígio nacional e internacional, na perda de vidas, no prejuízo para o país, na crise económica, na perda da tranquilidade pessoal, etc.

Havia uma grande massa de oficiais sem saber que caminho seguir.

Os mais comodistas optavam pela posição menos comprometedoras; obedecer ao Alto Comando que até esse momento parecia representar a constituição.

3.ª FASE

(De 2 de Novembro de 1972 até Junho de 1973, desde a formação do 1.º Gabinete Civil-Militar, por causa da greve dos camionistas, até ao levantamento sedicioso da Escola de Blindados.)

Esta fase caracteriza-se por um trabalho mais profundo a coberto dos sediciosos nas unidades e quartéis militares.

Começam-se a vigiar os oficiais referenciados como presumíveis esquerdistas, pelas suas convicções. Fala-se que o M.I.R. (Movimento de Esquerda Revolucionária) e/ou os aparelhos paramilitares dos partidos de esquerda atacarão os acampamentos militares e os quartéis em busca de armas. Alertam-se os oficiais para que passem a noite de vigília nas suas casas e contra tudo o que era costume e estava estabelecido, facilitavam-se-lhes metralhadoras, espingardas e munições, para proteger as suas casas particulares. Afirma-se que se tra-

ta de informações confidenciais dos Serviços de Informação das FFAA. Deste modo cria-se uma psicose de medo de serem vitimados, de surpresa, por terroristas de «extrema esquerda».

Do exterior, quer dizer, do ponto de vista da opinião pública parecia não existir uma planificação golpista na Frente Militar. Tudo parecia ser o resultado de acontecimentos que se iam produzindo vertiginosamente, sem uma direcção centralizada.

Os factos encarregavam-se de demonstrar que existia uma cabeça que inteligentemente preparava o terreno para uma acção posterior.

Aparece então o tenente coronel Souper que com a sua participação, quase põe em perigo o movimento sedicioso.

4.ª FASE

(de 29 de Junho de 1973 a 11 de Setembro de 1973 — desde o levantamento sedicioso do Regimento da Escola de Blindados até ao golpe militar de 11 de Setembro.)

Durante este período fala-se abertamente de sedição em todos os quartéis e unidades militares. Os chefes reúnem-se com os oficiais e pedem-lhes confiança no Alto Comando, muita confiança, para não enturpear a estrutura final do golpe militar, como tinha feito o comandante Souper.

No entanto, como na fase anterior, a imensa maioria estava indecisa. Repetia-se diariamente: Confiança, confiança! O Alto Comando saberá solucionar os problemas.

Deixava-se passar a notícia, para tranquilidade do mais inquietos que um estado-maior estava a preparar um golpe militar que o Alto Comando não teria problemas em planificar e executar, porque todas as medidas se tinham tomadas. Os chefes reitaram a sua confiança e pedem disciplina. Este Estado-Maior sedicioso é formado por 9 oficiais, 3 generais do Exército, 3 de Força Aérea e 3 almirantes da Armada.

A planificação do que corresponde à Força Aérea realiza-se na Academia da Arma, com o apoio dos alunos do último ano. O comandante-chefe, general Ruiz Danyau, examina a situação em visitas ao Instituto, para velar pela planificação em pormenor e pela verificação do plano geral de manobras.

Estabelece-se a utilização dos aviões, dos helicópteros e das forças de choque da Força Aérea.

Começa-se a aplicar o máximo de severidade no cumprimento da Lei do Con-

trole de Armas, como uma forma de levantar a população contra as FFAA.

Actua-se com violência desnecessária, para produzir, se possível, uma ou várias vítimas entre os militares.

Chegava-se às fábricas e destruíam-se os móveis e tudo o que lhes caía nas mãos. Atacavam-se os operários, sem haver razão para isso. A ordem era: proceder com energia e demonstrar aos «maltrilhados» que «não se brinca com os militares». Para isto serviam-se dos oficiais mais jovens que tinham mostrado maior espírito bélico, e estes, por sua vez, escolhiam oficiais subalternos, entre os que considerava mais decididos, violentos e capazes. Regressavam-se os operários, sem haver quartéis, rindo-se do que chamavam «cara de espanto» dos operários desarmados, quando disparavam rajadas de metralhadora, chamando-lhes «cobardes».

Nós sabemos que não era assim, que esses operários obedeciam a ordens dos seus dirigentes que os impediam de actuar contra as forças repressivas.

Iam-se substituindo alguns oficiais subalternos para que fosse maior o número dos atingidos em «combate». Assim foram perdendo o meio de enfrentarem os operários.

A renúncia do general Ruiz traz um grande problema para a Força Aérea. Este homem era um dos sediciosos de maior valor da elite, era o seu «leader».

Para equilibrar esta grande perda dos conspiradores, iniciava-se uma campanha sistemática para eliminar o general Carlos Prats do Comando Chefe do Exército.

Isto consegue-se plenamente.

O general Ruiz sai no dia 18 de Agosto e o general Prats no dia 23 de Agosto. Ultrapassado este último obstáculo, a sedição lança-se directamente para o golpe militar.

Vive-se nas unidades uma verdadeira psicose de guerra, que é cada vez mais alimentada. Fazem-se circular rumores horríveis de presumíveis planos do MIR para atacar e massacrar oficiais e suas famílias. Envia-se sentinelas aos acampamentos militares e recomenda-se aos oficiais que façam guardas, por turnos, com os oficiais subalternos e assim, vemos comandantes, capitães e tenentes, junto de recrutas e soldados patrulhando nas suas próprias vivendas — coisa insólita e nunca vista...

Fazem-se planos de defesa e evacuação das casas. A psicose chega a extremos inconcebíveis, a tal ponto que as sabotagens dos grupos direi-

stas se atribuem ao MIR. Nesse estado de fraqueza, já os militares acreditam em qualquer coisa que lhe diga o Alto Comando.

Este, por circular, reuniões, conversações e ordens, exigem mais confiança e disciplina, sobretudo o estrito cumprimento das ordens militares.

Por fim chega a 10 de Setembro de 1973. Nessa noite, para algumas unidades, a ordem tão ansiada pelos sediciosos: «quartéis em estado de alerta», e, para as unidades, o cumprimento do plano que estava previamente elaborada.

PLANIFICAÇÃO DO GOLPE MILITAR

Tinha que se escolher uma das três alternativas, mas todas implicavam o isolamento da cidade de Santiago.

Colocar-se-ia uma grande quantidade de tropa nas estradas principais e caminhos secundários de acesso à capital.

1. Operação **Rastilho** ou **Caca Coelho**. Santiago do Chile isolada as tropas avançariam de Oeste para Este, dando muitas facilidades à resistência, para o seu deslocamento até à Cordilheira. Conseguindo isto, era aniquilada perseguindo-a pelas serras e contrafortes da cordilheira.

2. **Anel simples**. Com Santiago isolada, as tropas formariam um anel ofensivo exterior em volta da cidade. Isto permitia à resistência deslocar-se para o centro da capital, onde seria aniquilada pelo acorrer convergente de tropas espartas.

3. **Anel duplo**: consiste em formar dois anéis concêntricos:

a) anel exterior: avançar para o interior de Santiago obrigando o adversário a deslocar-se para o centro da cidade.

b) anel interior: formado por um forte núcleo ofensivo, previamente estabelecido, no centro da capital, a partir do edifício de La Moneda que deveria render-se ou ser tomada de assalto. As tropas do núcleo central avançam para a periferia, sendo da sua responsabilidade o aniquilamento do adversário, que, retrocedendo pela pressão do anel exterior vêm para o centro. Os que fogem do anel interior caem nas mãos do anel exterior.

Esta foi a apurada técnica usada.

Não conseguiu tomar La Moneda, mas ficou sitiada e com o restante imenso potencial, procedeu-se ao ataque do exterior.

A seguir O Manual norte-americano sobre contrasubversão



Uma outra repressão

Sempre que se fala em repressão, lembro-me logo de coisas como, PIDE/DGS, GNR, cães policiaes, matracas, etc.. Mas não é a repressão física que nos oprime; a repressão abate-se sobre nós a todos os níveis: social, político, cultural e económico. Fazemos nas várias formas de repressão, na esperança de que outros trabalhadores também o façam, criando assim, um espaço de discussão em que sejamos nós a levantar o debate, já que são os trabalhadores, quem sofre sempre mais, com qualquer tipo de repressão, venha ela donde vier.

O CINEMA

O cinema, pelas suas características próprias — imagem, som, animação — é por excelência um meio de comunicação de massas e por isso tem um papel importante na formação ou deformação da consciência política das massas populares, que na maior parte dos casos tem acesso a outro tipo de cultura.

Desde criança que os trabalhadores se habituam a ir ao cinema, à taberna e ao futebol. E se a taberna queima intelectual e fisicamente e o futebol desvia dos reais problemas da classe, levando a concentrar nele toda a capacidade de luta, é o cinema que, substituindo quase totalmente a nossa necessidade de conhecimento, serve melhor o domínio que os exploradores exercem sobre grandes camadas de trabalhadores.

OS FILMES DOS Nossos CINEMAS A EXPLORAÇÃO DO SEXO

Abriendo o jornal dia 18 de Outubro de 1974, deparamo-nos 20 filmes em exibição, em Lisboa, metade dos quais exploravam o sexo, isto é, mostravam mulheres nuas ou quase nuas em atitudes provocantes, num arremedo do acto sexual. A mulher, nestes 20 filmes, é sempre uma prostituta, pois as relações físicas têm como fim conseguir um bom casamento, dinheiro ou promoção social. O homem é sempre ou a vítima das manobras da mulher ou um espertalhão que não vai no «bote». Muito mais poderia dizer-se acerca das implicações das histórias pornográficas destes filmes

mas o que ficou dito já ilustra bem este tipo de cinema. O problema sexual é muito importante, mas, por isso mesmo tem de ser tratado como deve, e não da forma sórdida como tem sido feito. O ni e o sexo nada têm de condenável. O acto sexual é um acto de alegria se assumido em perfeita liberdade. Livre de repressões, sejam económicas, sociais ou outras. Pôr o acto sexual num filme sem desmascarar todo o tipo de repressões da sociedade capitalista serve apenas para satiar, falsamente, todas as tensões e frustrações acumuladas no dia a dia, desta sociedade de dominados e dominadores.

A EXPLORAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Vêm a seguir os filmes de violência em que a força física comanda a acção, nunca se fazendo referência à inteligência, à capacidade construtiva do raciocínio. Por outro lado há sempre o herói, a luta individual, e nunca a luta colectiva, a força do grupo, a união dos indivíduos, na defesa dos interesses de grupo.

Há sempre os bons e os maus, como se as pessoas fossem boas ou más por acaso e não pelos seus interesses de classe ou grupo, pela sua condição de oprimidos ou opressores.

OS FILMES INTELLECTUAIS

Vêm no fim e em número reduzido os chamados filmes intelectuais, que sendo um pouco mais «limpos» tratam na quase totalidade de problemas da burguesia e na maior parte dos casos de maneira fechada, sem uma linguagem simples, acessível às camadas mais modestas. E por quem são feitos os filmes? Quem os financiam? alguns senhores maus, de instintos baixos? Nada disso. O cinema é uma indústria que visa o lucro, que explora e que aproveitando as vantagens de um meio de comunicação de massas junta o útil ao agradável, isto é, explora e aliena culturalmente os trabalhadores, contribuindo para o enraizamento de ideias falsas sobre a natureza da sociedade capitalista, apresentando esta como um fatalismo e a única forma de organização da humanidade, porque isso serve os seus interesses de classe.

DESTRUIR O CINEMA BURGUES

Cabe-nos a nós trabalhadores denunciar o cinema burgues, discutir-lo, desmontá-lo, para assim, chegarmos à compreensão correcta das nossas necessidades culturais, encontrando as formas práticas de contrariar o domínio cultural da burguesia exploradora e chegando à criação de iniciativas próprias tendo em conta os nossos interesses de classe e a nossa perspectiva futura de uma cultura verdadeiramente ao serviço da classe trabalhadora.

PARADOXOS OU TALVEZ NÃO

Foi há uns tempos proibido o filme **SAMBIZANGA**, que, pelos vistos, vai agora iniciar o seu circuito nas salas portuguesas. Isto apenas nos serve de motivo para um ligeiro comentário.

Fala-se muito em despoliticização. Fala-se muito em «brigadas de esclarecimento», em esclarecer o povo, etc., etc., etc. Proibiu-se **SAMBIZANGA** e no entanto há filmes, dezenas de filmes que poderiam servir para esclarecer, politizar, para educar ou apenas fazer pensar. **SACO E VANZETTI**, passou como o comboio foguetes rapidamente e sem publicidade... Nas salas de cinema de Lisboa, na maioria dos casos, ou há pornografia, ou há **porradica** brava. Cinema político, filmes militantes um ou outro, mas quase se não dá por eles.

Porque? Quem controla os circuitos de distribuição de filmes? Quem tem dinheiro para a publicidade ao «Amor entre as mulheres», à «Rebolona», à «Malícia», etc? Porque é que interessa ocupar as salas de exibição com estes filmes e não com outros?

A distribuição de filmes parece ser controlada por um ou dois grandes grupos apoiados em bancos.

Proibiu-se **SAMBIZANGA**. Mas o que é preciso e colocar o cinema ao serviço do povo português.

Para isso há que atacar o monopólio da distribuição e das salas!

Voltaremos detalhadamente a este assunto.



"3 MESES DE ILEGALIDADE"

Os trabalhadores do Gabinete de Planeamento e Arquitectura estão em greve há quase três meses, lutando por um caderno reivindicativo onde se incluem, entre outros pontos, o saneamento, a readmissão de um colega despedido, a redução do leque de salários, a inscrição nos organismos da Previdência, o salário mínimo de 4.500\$00.

A intransigência da administração encontrou apoio, por um lado numa minoria de trabalhadores e, por outro, na lei da greve que proíbe a ocupação.

No seu comunicado n.º 12, afirmam os trabalhadores do G.P.A., relativamente ao 1.º argumento invocado pela entidade patronal.

«O que é facto é que somos a maioria dos trabalhadores do G.P.A., conforme o Ministério do Trabalho pôde verificar pela nossa presença física num plenário de Trabalhadores realizado no próprio edifício do Ministério do Trabalho e convocado por este. E além de sermos a maioria, somos os que, em média, temos ordenados mais

baixos e os que apresentamos reivindicações favoráveis aos interesses dos trabalhadores.

Destruido o «argumento» de que éramos uma «minoria antidemocrática», vem agora o da ocupação.

A fim de «retirar à entidade patronal os argumentos invocados para não negociar», decidiram os trabalhadores do G. P. A., conforme o seu comunicado n.º 13, suspender a ocupação das instalações.

«Assim, e após colocarem-se rigorosamente dentro da lei, os trabalhadores do G. P. A. e presumivelmente todos os camaradas que têm apoiado a sua justa luta, esperam agora ver satisfeitas as suas reivindicações, que são elementares assim como a pronta acção por parte do Ministério do Trabalho caso a entidade patronal se recuse a satisfazer estas reivindicações, uma vez resolvida a situação de «ilegalidade» que segundo o Ministério do Trabalho tinha vindo a constituir o obstáculo à sua intervenção na defesa dos interesses dos trabalhadores.



"DEUS NOS LIVRE" DO CLARIM



ANO 29º DEZEMBRO DE 1974 Nº 12

JORNAL MENSAL DA CRUZADA E DAS CRIANÇAS DE PORTUGAL

Livro do Comunismo

Na Europa central há um só pequeno país livre do comunismo — a Austria. Todas as outras nações à volta estão dominadas pelos russos. Ficam mais ou menos livres ainda se considerarmos que a América foi ocupada pelos russos em 1945, no final da II Guerra Mundial. E em 1954, a Alemanha, sob o domínio dos chefes supremos do comunismo: «Aqui que nós em um domínio», nunca mais o perdemos.



Tram as orações e os muitos tercos do povo da Austria que liberavam a libertação do domínio russo. Todo o mundo se admirou e ainda hoje não compreende como é que a Rússia deixou livre este país, depois de ter ocupado durante 10 anos. Disse em 1912 um Bispo da Austria: «Como em 1955 a Austria foi libertada ao jogo comunista pela terrível cruzada do Rio, do mesmo modo e com igual armio, o mundo ficará livre dos atuais assaltos do domínio e dos seus sequazes». Quer dizer: se rezarmos o terço, Nossa Senhora livra-nos do comunismo e, além disso, como fez na Austria, faz o que Ela prometeu em Fátima: «Rezo-o terço todos os dias para alcançar a paz para o mundo e o fim da guerra» (Primeira Aparição). «Osero que continuem a rezar o terço todos os dias em honra de Nossa Senhora do Rosário para obterem a paz do mundo e o fim da guerra, porque só Ela lhes poderá valer» (Terceira Aparição). «Continuem a rezar o terço para alcançar o fim da guerra» (Quinta Aparição).

O nosso camarada correspondente em Porto de Lima enviou-nos o exemplar de «O Clarim» que aqui reproduzimos directamente. Pequenas «folhas de couve» como esta pulam por esse País fora deformando e corrompendo a consciência do Povo Português. Estreitamente associadas a paróquias e organizações diversas da Igreja agitam o «espantinho do comunismo», infundem falsos temores, tudo isto tendente a criar um clima propício para florescerem as «maiores silenciasas» e assim intencionas fascistas, laprovietando ou não as imagens televisivas, fructificarem e ganharem terreno.



Emigrantes rejeitam consul e padre em Genebra

A Acção Nacional Suíça (organização da direita) tomou a iniciativa de propor uma redução drástica do número de estrangeiros que se encontram no país — o que equivaleria à expulsão de cerca de meio milhão de trabalhadores portugueses, italianos e espanhóis.

seguir a presença do fascismo a nível de consulado e organizações e pessoas a ele ligadas: «O cônsul fascista Salvador Hassan continua nas suas funções. A Associação dos Portugueses de Geneve continua a falar de «football» e a ignorar os problemas dos trabalhadores portugueses aqui emigrados; o padre Sampaio continua a dizer aos emigrantes que vai fazer guerra civil e que guardem o seu dinheiro nos bancos suíços.

A racionalização do aparelho produtivo tem, na Suíça como em Portugal efeitos imediatos sobre os trabalhadores — o despedimento.

Apesar de todas as nossas petições, de cartas enviadas ao M. F. A. e às autoridades portuguesas, de contactos com pessoas ligadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à secretaria de Estado da Emigração, nada se modificou. Nós não podemos cruzar os braços.

«Nós, os portugueses, sabemos bem que neste momento é difícil arranjar trabalho em Portugal. É difícil ultrapassar as dificuldades criadas por tantos anos de fascismo e de uma política de miséria para os trabalhadores; e apesar do 25 de Abril e de tudo o que já se resolveu desde essa altura, o que é certo é que continua a haver patrões, que as terras e as fábricas continuam nas mãos dos capitalistas e que os trabalhadores continuam a só ter os braços para trabalhar. Mas hoje o povo luta em Portugal por melho-

res condições de vida e de trabalho, organiza-se para impôr os seus interesses. Também aqui nós temos que lutar contra a exploração dos patrões suíços. Não podemos permitir que eles nos utilizem segundo as suas conveniências ignorando completamente os interesses dos trabalhadores. Se nos unirmos, se nos organizarmos, podemos recusar os despedimentos arbitrários dos patrões suíços! Podemos exigir que nos sejam reembolsados todos os descontos que pagamos desde que trabalhamos na Suíça e dos quais nunca aproveitámos!

Unidos, todos os trabalhadores emigrados poderão impôr os seus interesses!

O FASCISMO EM GENEVE
E o comunicado refere a



A escola capitalista em Aveiro

O núcleo de Aveiro, do M. E. S., realizou a 12 de Outubro a primeira sessão de esclarecimento no Liceu José Estêvão, ex-liceu Nacional de Aveiro, sob o tema «Contra a escola capitalista, por uma sociedade socialista».

Falou em primeiro lugar o camarada Celso Cruzeiro que antes de tudo se referiu ao assalto pela Junta-fascista de Pincho, de Miguel Henriquez (secretário geral do MR) tendo referido que esta notícia tinha passado quase despercebida na Imprensa. Apresentou em seguida, e antes de dar início ao tema da sessão, de esclarecimento; posição do M.E.S. face a uma série de problemas (sua origem, organização, posição face ao M. F. A., etc.).

Entrando já no tema da sessão falou em seguida a camarada Graça Araújo, tendo-se debruçado sobre o ensino pré-primário em Portugal. Referindo-se nomeadamente à sua existência oficial na 1.ª República e a sua desaparecimento com o 28 de Maio; o modo como para o anterior regime era encarado este período de ensino, como locais onde as crianças se divertiam e brincavam, desprezando todo

- e em Peniche

Organizado pelo núcleo de Peniche do M.E.S., realizou-se no sábado, com a presença de militantes dos sectores estudantil e dos professores, um colóquio na Escola Comercial e Industrial, no qual foram abordados principalmente as seguintes questões: o que é o M.E.S. — como surgiu e perspectivas actuais — formas de luta anticapitalistas a desenvolver a partir das escolas, a situação actual do sindicalismo no nosso país.

CARLOS MARIGHIELLA

No próximo dia 4 de Novembro, o Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.), o Movimento Socialista Popular (M.S.P.) e a Liga de União e Acção Revolucionária (L.U.A.R.) levam a efeito uma série de realizações assinalando a data em que foi assassinado o revolucionário brasileiro Carlos Marighella.

De entre as realizações previstas, destaca-se um colóquio em Lisboa, no qual usará da palavra representantes dos três movimentos organizadores e camaradas brasileiros. No passado domingo, dia 20, realizou-se um Congresso Extraordinário do Partido Comunista Português. A convite do Comité Central do P.C.P., o nosso Movimento esteve representado nesse Congresso por dois camaradas da Comissão Política Nacional.

PRÓXIMAS SESSÕES

- Dia 25, pelas 21.30, em Benavente, terá lugar uma sessão em que se procederá à análise da situação política actual e em que serão abordadas questões ligadas com o sindicalismo, lei da greve e problemas rurais da região.
- Nesse mesmo dia, na nossa sede em Braga — R. Abade de Loureira — colóquio sobre a linha política do M.E.S.
- Dia 26, sessão de esclarecimento em Ermesinde (Porto), pelas 21.30, o nosso movimento participará num colóquio sobre o sindicalismo, em Vila Nova de Gaia, promovido pelo jornal «Esboço».
- Ainda nesse dia, em Angeja, pelas 21.30, sessão de esclarecimento sobre os principais problemas da região.
- Dia 28, na Casa do Povo de Cuba, pelas 21.30, sessão de esclarecimento para os trabalhadores rurais do concelho.

Braga, R. Abade de Loureira Porto, R. 31 de Janeiro, 159-2º Guarda, R. Marquês de Pombal, 65

Lisboa, Av. D. Carlos I, 146-1º, D.to, Telef. 67127 e 677128 e Rua Garrett, 80, 4.º-B, Telef. 323621

Portalegre, R. da Oliveira, 61 Beja, Praça da República, 34 Faro, R. Castilho, 9

— Na passada sexta-feira, dia 18, realizou-se em Castro Verde, no Baixo Alentejo uma sessão de esclarecimento em que intervieram camaradas do núcleo de Beja que, perante cerca de 300 trabalhadores rurais, expuseram as nossas perspectivas sobre as vias para a construção do socialismo em Portugal, e sobre a actual situação política, se actualizando-se um importante debate.

— Na Escola Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia, realizou-se no passado sábado, dia 19, uma sessão de esclarecimento para cerca de 150 estudantes, tendo os nossos camaradas da Organização Regional do Porto feito intervenções acerca de problemas do ensino dentro da nossa análise do momento político português.

— No mesmo dia, em Lourisa e com a presença de uma centena de trabalhadores, no sua maioria corticeiros, também estiveram presentes os nossos camaradas da O.R.P. numa sessão de esclarecimento em que abordaram questões relacionadas com a linha política do M.E.S., sindicalismo e luta operária, relação entre religião e política, e cooperativismo.

— Em S. João de Louro (Aveiro) também nesse dia teve lugar uma sessão de trabalho com a presença de cerca de 50 camponeses, em que se debateram as formas de responder à situação da agricultura naquela região.

— Em Mértola, na segunda-feira, dia 21, realizou-se uma sessão de esclarecimento para os trabalhadores rurais do concelho.

— Na terça-feira, dia 22, teve lugar em Serpa uma sessão de esclarecimento sobre o sindicalismo, a pedido de numeroso grupo de trabalhadores.

O M.E.S. em Faro

O nosso Movimento está presente na Feira de Santa Rita, actualmente em curso na cidade de Faro. No nosso pavilhão, o qual tem tido enorme afluência da população, vivamente interessada em se informar sobre o nosso Movimento, projectam-se diariamente «slides» sobre a vida das populações da República da Guiné-Bissau e das colónias, especialmente sobre aspectos da luta desses povos, no período que precedeu o reconhecimento da sua independência.

DEBATE SOBRE DESPORTO NAS CALDAS DA RAINHA

No próximo dia 2 de Novembro, a comissão de jogadores profissionais do Caldas Sport Club promove, com o apoio do nosso núcleo de Caldas da Rainha, um debate sobre desporto, estando para o efeito convidados vários especialistas. Pontos a discutir:

- Desporto profissional e desporto de massas;
- Desporto e alienação;
- O Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol — o direito de opção e sua regulamentação;
- A Informação desportiva — antes e depois dos 25 de Abril;
- A arbitragem face ao anti-jogo e à violência.